



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 378/2013

Institui o Dia do Cuidador da Pessoa Idosa.

Art. 1º Fica instituído o Dia do Cuidador da Pessoa Idosa, a ser comemorado anualmente no dia 20 de março.

Art. 2º A fixação do Dia do Cuidador da Pessoa Idosa tem por objetivos:

I – contribuir para a valorização do cuidador da pessoa idosa, bem como divulgar o seu importante papel dentro da sociedade;

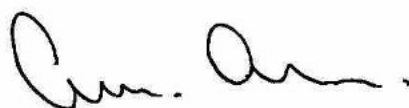
II – conscientizar a sociedade da importância do combate à violência e à negligência aos direitos da pessoa idosa;

III – divulgar e difundir, por meio dos por órgãos competentes, conhecimentos a respeito dos cuidados com os idosos, através de promoção e realização de campanhas educativas, cursos, exposições, publicações, reuniões e seminários.

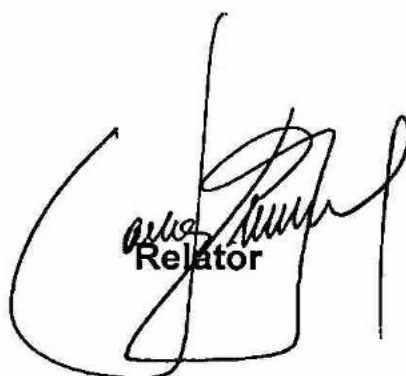
Art. 3º Fica determinada a inclusão da data ora instituída no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2013.



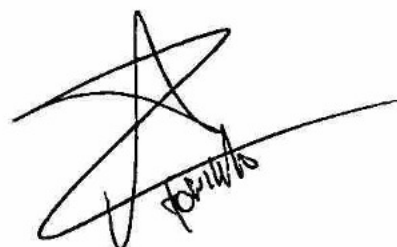
ALEXANDRE CURI
Presidente



Carlos Ruy
Relator



Roberto Carlos



Paulo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 446/2013

Proíbe a exigência de substituição ou retirada de pisos de madeira para concessão de alvará de funcionamento.

Art. 1º Fica proibida a exigência, por parte da autoridade responsável pela emissão do laudo para funcionamento de Centros de Tradição Gaúcha (CTGs), de substituição ou retirada de pisos de madeira do imóvel.

Parágrafo único. A proibição prevista no *caput* deste artigo se estende a pisos de madeira utilizados em palcos, tabladou ou pistas de dança.

Art. 2º Para seu fiel cumprimento, esta Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2013.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Assinaturas de membros da Comissão de Redação, incluindo o Relator e outros membros, com o nome "Relator" visível no centro.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 670/2013

Dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, que reestrutura os Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e as carreiras de seus servidores.

Art. 1º Altera o art. 30 da Lei nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30. Após o enquadramento previsto nesta Lei, a primeira progressão será por antiguidade e ocorrerá na data da entrada em vigor desta Lei.

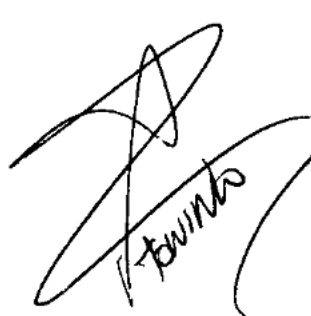
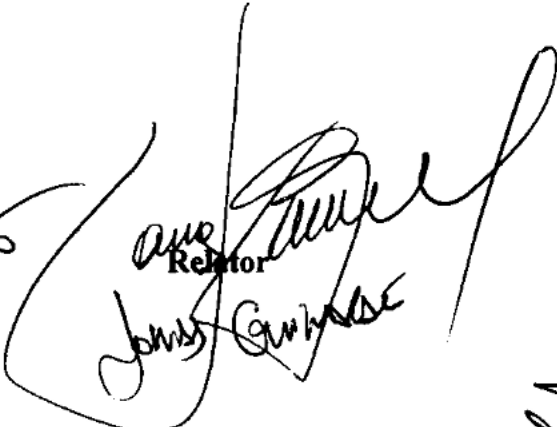

Parágrafo único. Aos servidores que, na data da entrada em vigor desta Lei, encontrarem-se em estágio probatório, não será aplicada a regra prevista no *caput* deste artigo, sendo-lhes assegurado o disposto no § 1º do art. 13 desta Lei.”

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem à data da entrada em vigor da Lei nº 16.748, de 2010.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Paulo Roberto

João Carlos

Roberto



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 696/2013

Autoriza o Estado do Paraná a atuar de forma a reduzir o passivo do BADEP – Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. - em liquidação, e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a praticar todos os atos necessários à repactuação, redução e quitação da dívida do BADEP – Banco de Desenvolvimento do Paraná S. A. - em liquidação, frente ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e FINAME – Agência Especial de Financiamento Industrial.

Parágrafo único. Poderá o Poder Executivo, para os fins mencionados no *caput* deste artigo e atendidos os limites de endividamento e as leis aplicáveis, assumir a condição de garantidor das obrigações renegociadas, assim como sub-rogar-se na condição de devedor das referidas obrigações.

Art. 2º Fica o Estado do Paraná, na condição de acionista controlador do BADEP, autorizado a delegar ao liquidante da Instituição, poderes para renegociar a dívida referida no art. 1º da presente Lei, visando à redução do passivo, bem como de repactuar os créditos que o BADEP detém junto aos seus devedores, com a finalidade de realização do ativo para pagamento do passivo.

Art. 3º Fica autorizado o Estado do Paraná, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, o Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, o Instituto Ambiental do Paraná, a PARANAPREVIDÊNCIA e o Instituto de Tecnologia do Paraná a alienar, após a repactuação prevista no art. 1º desta Lei, as ações tituladas perante o BADEP.

Art. 4º A qualquer tempo, o quadro de pessoal do BADEP poderá, em todo ou em parte, ser absorvido pela Agência de Fomento do Paraná S.A. – Fomento Paraná, considerando o disposto na Lei nº 11.741, de 19 de junho de 1997.

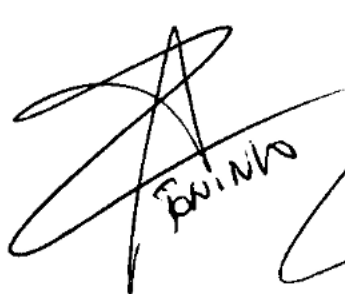
Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão a conta de recursos do BADEP, ficando o Poder Executivo autorizado a complementar os recursos, no caso de insuficiência, mediante abertura de créditos adicionais.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

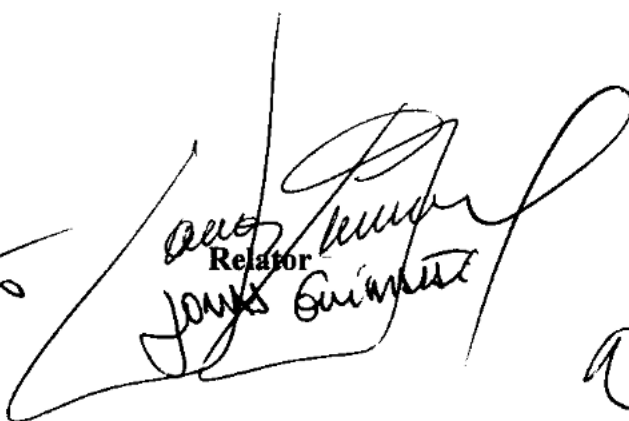
Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2013.



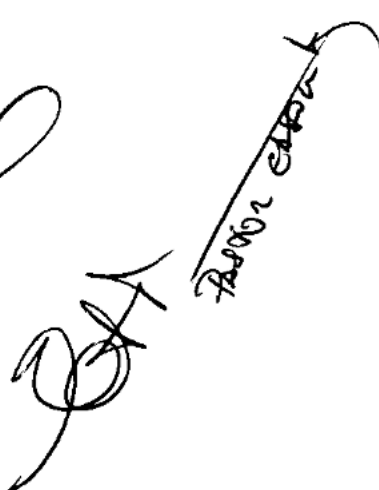
ALEXANDRE CURI
Presidente



Paulo Sérgio



Relator
João Guimarães



Roberto Carlos



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



PROJETO DE LEI 609/13

SÚMULA: Altera as Tabelas do Regimento de Custas, estabelecido na Lei Estadual nº 6.149, de 09 de setembro de 1970, e modificações posteriores.

Art. 1º O módulo unitário do Valor de Referência de Custas (VRC), previsto na Lei Estadual nº 6.149, de 09 de setembro de 1970, com suas alterações posteriores, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014, será igual a R\$ 0,157 (cento e cinquenta e sete milésimos de real).

Art. 2º Fica o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná autorizado a atualizar anualmente, por Decreto Judiciário, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, o valor unitário do Valor de Referência de Custas (VRC) previsto na Lei Estadual nº 6.149, de 09 de setembro de 1970, com suas alterações posteriores.

Art. 3º Os valores das custas e dos emolumentos, do Regimento de Custas, passam a vigorar, a partir de 1º de janeiro de 2014, em conformidade com as Tabelas I, II, III, VI, VII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XX, anexas à presente lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei altera as Tabelas do Regimento de Custas, estabelecido na Lei Estadual nº 6.149, de 09 de setembro de 1970, e modificações posteriores.

De acordo com a proposta apresentada, o módulo Unitário do Valor de Referência de Custas (VRC), previsto na Lei Estadual nº 6.149/1970, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014, será igual a R\$ 0,157 (cento e cinquenta e sete milésimos de real).

Isso significa um reajuste de 11,45% (onze vírgula quarenta e cinco por cento), representado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA de outubro de 2011 a setembro de 2013, período de 2 (dois) anos de recomposição.

Importante ressaltar que a atual proposta de reajuste desconsidera índices que no passado deixaram de ser aplicados às Tabelas do Regimento de Custas, visto que a Lei Estadual nº 16.741, de 29 de dezembro de 2010, contemplou reajuste já desatualizado, pois originário de projeto de lei encaminhado à Assembleia Legislativa ainda no ano de 2007.

Cita-se, ainda, a proposta encaminhada a esta Casa de Leis no ano de 2012, dando origem ao Projeto de Lei nº 646/2012, restituído a este Poder Judiciário sem apreciação.

Portanto, se considerado todo o período acima apontado, compreendido entre os anos de 2007 a 2013, teríamos uma proposta de reajuste de aproximados 45,13% (quarenta e cinco vírgula treze por cento), representados pelos Índices do IPCA referentes aos anos de 2007 (4,46%); 2008 (5,90%); 2009 (4,31%); 2010 (5,91%); 2011 (6,50%); 2012 (5,84%) e 2013 (3,79% - índice acumulado até setembro de 2013).

Mostra-se, assim, essencial que se promova a reposição inflacionária das custas e emolumentos referente ao período de outubro de 2011 a setembro de 2013, com vistas a manutenção dos serviços prestados no foro judicial e extrajudicial, uma vez que os custos diretos e indiretos para a prestação de referidos serviços sofreram, neste interregno, ajustes inflacionários ou mesmo majorações em vista da política de mercado.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



A proposta prevê o reajuste da VRC tendo por base o valor fixado em 2010 em R\$ 0,141 (cento e quarenta e um milésimos de real), passando as novas Tabelas de Custas e Emolumentos a vigorar a partir do mês de janeiro de 2013.

A exemplo da redação constante no artigo 1º da Lei Estadual nº 14.595, de 27 de Dezembro de 2004, que se refere à Taxa Judiciária, o artigo 2º da proposta autoriza que o Presidente do Tribunal de Justiça, por meio de Decreto Judiciário, atualize anualmente o valor unitário do Valor de Referência de Custas (VRC), previsto na Lei Estadual nº 6.149/70, e alterações posteriores.

A presente proposta de Anteprojeto de Lei foi aprovada, por unanimidade de votos, pelo egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça na Sessão realizada em 11 de novembro de 2013.

Em razão da aludida alteração não implicar em aumento de despesas, deixamos de apresentar a Declaração do Ordenador da Despesa.

TABELA I

DOS ATOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SECRETARIAS

I. Recursos Interpostos para o Tribunal de Justiça ou para os Tribunais Superiores	R\$ 37,33
II. Reclamações, Correições Parciais e Conflitos de Competência	R\$ 37,33
III. Mandado de Segurança	R\$ 37,33
IV. Ação rescisória - 4% (quatro por cento) sobre o valor da causa:	
Mínimo.....	R\$ 19,41
Máximo.....	R\$ 89,59
V. Deserção	R\$ 37,33
VI. Alvarás, Ofícios, Editais e Traslados:	
a) uma folha.....	R\$ 7,46
b) por folha que exceder.....	R\$ 2,24
VII. Carta Precatória, Carta de Ordem, Carta Rogatória e Carta de Sentença	R\$ 33,60

OBS: (...)

NOTAS: (...)

TABELA II

DOS ATOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO

I. Certidões	
a) pela primeira folha.....	R\$ 7,46
b) por folha que exceder.....	R\$ 2,24
II. Registros de Diplomas de bacharéis ou cartas de doutores em direito	R\$ 14,93
III. Autenticação de cópias reprográficas extraídas de processos arquivados ou em andamento na secretaria.....	R\$ 2,24

NOTA - (...)

TABELA III

ATOS DA PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA

SECRETÁRIO

I. Certidões	R\$ 7,46
	R\$ 2,24
II. Autenticação de cópias reprográficas extraídas de processos arquivados ou em andamento na secretaria	R\$ 2,24

NOTA - (...)

TABELA VI

JUÍZES DE PAZ

I. Pela arrecadação provisória de bens de defunto, de ausentes ou vagos	2%
---	----

NOTAS: (...)

TABELA VII

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

I. Ao Ministério Público Estadual, nos feitos em que intervém, inclusive notariais e registrais.	R\$ 4,48
--	----------

NOTA - (...)

TABELA IX

ATOS DOS ESCRIVÃES DO CÍVEL, FAMÍLIA E DA FAZENDA

I - Arrolamentos, Inventários, Sobrepartilhas, Partilha de bens
Embargos
Processos de procedimento especial de jurisdição voluntária
Processos de conhecimento (incluindo procedimentos especiais de jurisdição contenciosa)
Incidentes procedimentais
Mandados de segurança
Medidas cautelares
Alvarás
Retificações
Processos de execução em geral, inclusive de sentença
Separações, Divórcios e Dissolução da sociedade conjugal
Alimentos em geral
Reconvenções
Falências, Concordatas, Recuperação Judicial e Restituição de mercadoria
Extinção de obrigações
Recursos, Exceções e
Demais ações

VRC	R\$	VRC	R\$	CPC
Até 21.000,00	3.297,00	1.500,00	235,5	Vide nota 6
Até 25.200,00	3.956,40	1.700,00	266,9	"
Até 29.400,00	4.615,80	1.800,00	282,6	"
Até 33.600,00	5.275,20	1.900,00	298,3	"
Até 37.800,00	5.934,60	2.100,00	329,7	"
Até 42.000,00	6.594,00	2.300,00	361,1	"
Até 46.200,00	7.253,40	2.500,00	392,5	"
Até 50.400,00	7.912,80	2.700,00	423,9	"
Até 54.600,00	8.572,20	2.900,00	455,3	"
Até 58.800,00	9.231,60	3.000,00	471,0	"
Até 63.000,00	9.891,00	3.100,00	486,7	"
Até 67.200,00	10.550,40	3.200,00	502,4	"
Até 71.400,00	11.209,80	3.400,00	533,8	"
Até 75.600,00	11.869,20	3.600,00	565,2	"
Até 79.800,00	12.528,60	3.800,00	596,6	"
Até 84.000,00	13.188,00	4.000,00	628,0	"
Até 88.200,00	13.847,40	4.200,00	659,4	"
Até 92.400,00	14.506,80	4.400,00	690,8	"
Até 96.600,00	15.166,20	4.600,00	722,2	"
Até 100.800,00	15.825,60	4.800,00	753,6	"
Até 105.200,00	16.516,40	5.000,00	785,0	"
Até 109.600,00	17.207,20	5.200,00	816,4	"
Até 114.000,00	17.898,00	5.400,00	847,8	"
Até 118.400,00	18.588,80	5.600,00	879,2	"
Até 122.800,00	19.279,60	5.800,00	910,6	"

II- Buscas, cada 10 anos..... = 66,66 VRC = R\$ 10,46
Autuação..... = 66,66 VRC = R\$ 10,46
Desarquivamento de processos..... = 66,66 VRC = R\$ 10,46

III - Certidões extraídas de autos, livros ou Documentos, e por ofício, edital e alvará expedido:
Primeira folha..... = 66,66 VRC = R\$ 10,46
Por folha que exceder..... = 20,00 VRC = R\$ 3,14

IV - Conferência de reprodução, cópia, ou via de qualquer papel com o original; conferência e conserto de traslado ou pública forma, avisos e publicações de avisos..... = 20,00 VRC = R\$ 3,14

V - Cartas Precatórias:

a-) **recebidas**, pelo respectivo cumprimento, quando para notificação, intimação ou citação, exceto diligência, condução e porte postal devido pela devolução..... = 1.000,00 VRC = R\$ 157,00

b-) **recebidas**, pelo respectivo cumprimento para atos executivos ou avaliação de bens, pagamento de impostos expedidas em processos de inventário, arrolamento e partilha de bens em processos de execuções em geral, prisão, inquirição, perícia e busca e apreensão:
.....**metade** das custas previstas no item I, mais porte postal.

c-) **expedida**, para o respectivo cumprimento, além do porte postal, quando houver..... = 66,66 VRC = R\$ 10,46

VI- Carta de Sentença..... = 300,00 VRC = R\$ 47,10
Rogatória..... = 300,00 VRC = R\$ 47,10
Mandado de Averbação..... = 300,00 VRC = R\$ 47,10

VII- Por carta de adjudicação e formal de partilha expedido..... = 1.000,00 VRC = R\$ 157,00

a-) carta de arrematação, remissão e requisitório de pagamento:as mesmas custas previstas no item I.

VIII- Separações e Divórcios..... = 2.400,00 VRC = R\$ 376,80
Conversões e dissoluções de sociedade conjugal..... = 2.400,00 VRC = R\$ 376,80

a-) havendo bens, acrescentam-se as custas previstas no item I.

IX – Declaração de habilitação de crédito:

- a) no prazo:..... 25% das custas taxadas no item I.
b) retardatária ou impugnação de crédito:.... 50% das custas taxadas no item I.

X – Procedimentos administrativos.....	= 600,00 VRC = R\$ 94,20
Justificações.....	= 600,00 VRC = R\$ 94,20
Protestos.....	= 600,00 VRC = R\$ 94,20
Notificações.....	= 600,00 VRC = R\$ 94,20
Interpelações.....	= 600,00 VRC = R\$ 94,20

NOTAS: (...)

TABELAX

ATOS DOS ESCRIVÃES DO CRIME

	VRC	R\$
I. Questões prejudiciais: Exceções; Conflitos de Jurisdição; Medidas Assecuratórias; Incidentes de Falsidade; Perícias em Geral; Reconhecimento de Pessoas e de Coisas; Buscas e Apreensão; Interdição de Direitos e Medidas de Segurança.....	100,00	15,70
Fiança.....	120,00	18,84
II. Restauração de autos extraviados ou destruídos.	200,00	31,40
III. Processos em espécie:		
a) Que obedeçam ao rito do Livro II, Título I, Capítulos I e III, do Código de Processo Penal.....	200,00	31,40
b) Que obedeçam ao rito do Livro II, Título I, Capítulo II do mesmo Código:		
1º) Até a pronúncia, inclusive.....	100,00	15,70
2º) Da pronúncia até o julgamento.....	100,00	15,70
c) Que obedeçam ao rito do Livro II, Título II, Capítulo V, do referido Código.....	160,00	25,12
IV. Recursos:		
a) Embargos de Terceiro em Sequestro	200,00	31,40
b) Em Sentido Estrito, Apelação e Protesto por novo Júri.....	200,00	31,40
V. Incidentes de Execução:		
Livramento Condicional, inclusive revogação e reabilitação.....	60,00	9,42
VI. Certidões:		
primeira folha	40,00	6,28
por folha que exceder	3,00	0,47
VII. Buscas: cada 10 (dez) anos ou fração	2,00	0,31
VIII. Autenticações.....	2,00	0,31

NOTA (...)

TABELA XI

ATOS DOS TABELIÃES

	VRC	R\$	CPC
I. Reconhecimento de Firma:			
a) sem valor declarado.....	21,73	3,41	
b) com valor declarado, e por autenticidade.	43,60	6,85	
II. Autenticações de papéis, documentos e fotocópias, por ato	20,00	3,14	
III. Procuração:			
- Por outorgante ou outorgado que acrescer	384,62	60,38	
- Em causa própria, metade das custas do item IV desta tabela.	10,00	1,57	
IV. Escrituras: (incluído o traslado) sem valor declarado metade do item 1º da tabela abaixo.			

VRC	R\$	VRC	R\$	CPC
Até 56.000,00	8.792,00	1.260,00	197,82	Vide nota 4
Até 66.000,00	10.362,00	1.485,00	233,15	"
Até 76.000,00	11.932,00	1.710,00	268,47	"
Até 86.000,00	13.502,00	1.935,00	303,80	"
Até 96.000,00	15.072,00	2.160,00	339,12	"
Até 106.000,00	16.642,00	2.385,00	374,45	"
Até 116.000,00	18.212,00	2.610,00	409,77	"
Até 126.000,00	19.782,00	2.835,00	445,10	"
Até 136.000,00	21.352,00	3.060,00	480,42	"
Até 146.000,00	22.922,00	3.285,00	515,75	"
Até 156.000,00	24.492,00	3.510,00	551,07	"
Até 166.000,00	26.062,00	3.652,00	573,36	"
Até 176.000,00	27.632,00	3.872,00	607,90	"
Até 186.000,00	29.202,00	4.092,00	642,44	"
Até 196.000,00	30.772,00	4.312,00	676,98	"
Até 206.000,00	32.342,00	4.532,00	711,52	"
Até 216.000,00	33.912,00	4.752,00	746,06	"
Até 226.000,00	31.866,00	4.972,00	780,60	"

OBS: (...)

[Handwritten signature]

	VRC	R\$	CPC
V. Testamentos:			
a) Público.....	2.000,00	314,00	Vide nota 4
b) Aprovação de testamento cerrado	300,00	47,10	Vide nota 4
c) Revogação.....	1.000,00	157,00	Vide nota 4
VI. Constituição de Condomínio e Divisão ou Partilha amigável	1.000,00	157,00	Vide nota 4
por unidade, mais.....	40,00	6,28	Vide nota 4
VII. Certidões:			
a) Procurações.....	40,00	6,28	0,00
b) de escritura - primeira folha.....	30,00	4,71	0,00
por página que acrescer.....	9,00	1,41	0,00
VIII. Pública forma:			
a) primeira folha.....	46,00	7,22	0,00
b) por página que acrescer.....	30,00	4,71	0,00
IX. Buscas: por dez (10) anos ou fração.....	6,00	0,94	0,00
X. Tratando-se de um só adquirente ou devedor, pessoa física, numa única escritura que versar sobre diversas unidades de um mesmo loteamento ou edifício condominial, as custas serão cobradas pela forma abaixo:			
a) pelas três (3) primeiras unidades, custas integrais;			
b) cada uma das demais unidades, 80% (oitenta por cento) das custas integrais.			

NOTAS: (...)

TABELA XII

ATOS DOS OFICIAIS DO REGISTRO CIVIL

	VRC	R\$	CPC
I. Averbações:			
a) de sentença de nulidade ou anulação de casamento, separação judicial, ou divórcio; ato de restabelecimento de sociedade conjugal, de escritura de adoção ou atos que a dissolvam...	120,00	18,84	0,00
b) de alteração de nome e retificação de assento.....	120,00	18,84	0,00
II. Certidões de Nascimento, Casamento ou óbito:			
a) em breve relatório.....	175,00	27,47	0,00
b) verbo ad verbo - primeira folha	65,00	10,20	0,00
por folha que exceder.....	15,00	2,35	0,00
c) havendo necessidade de busca, por 10 (dez) anos ou fração.....	10,00	1,57	0,00
III. Habilitação para casamento.....	1.500,00	235,50	Vide nota 4
a) Justificação para dispensa de editais de proclamas, suprimimento de idade e de consentimento.....	70,00	10,99	0,00
b) Casamento fora do Cartório, excluída a			

despesa com a condução, a cargo do interessado.....	2.000,00	314,00	0,00
c) Registro de editais recebidos de outro ofício.....	50,00	7,85	0,00

NOTAS: (...)

	VRC	R\$	CPC
IV. Registro de Nascimento ou de óbito com a primeira certidão:			
a) independente de despacho Judicial.....			
b) mediante despacho Judicial.....			
V. Retificação de assento à margem, mediante justificação, com ou sem prova.....	70,00	10,99	0,00
VI. Inscrição de casamento religioso	200,00	31,40	0,00
VII. Registro: de emancipação, ausência, interdição, inclusive averbação	150,00	23,55	0,00
VIII. Inscrição de opção e aquisição de nacionalidade, adoção e legitimação.....	170,00	26,69	0,00

NOTAS: (...)

TABELA XIII

ATOS DOS OFICIAIS DO REGISTRO DE IMÓVEIS

	VRC	R\$	CPC
I. Arquivamento de qualquer documento.	7,00	1,09	0,00
II. Averbação (inclusive a prenotação, a busca e arquivamento):			
a) de mudança de numeração, reconstrução e demolição de prédios, de desmembramento e fusão de terreno, de alteração de nome em virtude de casamento, de viuvez, de separação ou divórcio consensual ou judicial litigioso, de retificação de averbação ou de registro e matrícula, desde que tal retificação não importe na alteração do valor contratual.	60,00	9,42	Vide nota 6
b) de liberação parcial de garantia hipotecária	80,00	12,56	Vide nota 6
c) de liberação total de garantia hipotecária - as mesmas custas do item XIII letra A.			
d) demais averbações atribuídas ao Registro de Imóveis, serão cobradas a metade das custas determinadas no item XIII.			Vide nota 6
e) de contrato de locação, para fins de preferência (art. 167, II, 16 L.R.P.), 30% sobre as custas determinadas no item XIII.			
III. Buscas: cada 10 (dez) anos.	3,00	0,47	0,00

IV. Certidões:			
a) de registro ou ônus real.....	67,00	10,51	0,00
b) negativa de propriedade.....	40,00	6,28	0,00

NOTAS: (...)

	VRC	R\$	CPC
V. Registro de Cédulas de Crédito e financiamento Rural, Industrial, Comercial e Exportação: as mesmas custas do item XIII letra A.			
VI. Registro no livro 2, de hipoteca cedular: a) Cédula de Crédito e financiamento Rural, o mesmo valor previsto no item V, para o registro de cada Imóvel. b) Das demais cédulas mencionadas no item V, o mesmo.			
VII. Averbações de cédulas rurais mencionadas no item V: 10% do item V.			
VIII. Registro de escrituras de pacto antenupcial no livro 3.....	60,00	9,42	Vide nota 6
Averbação de escrituras de pacto antenupcial no livro 2.....	20,00	3,14	0,00
IX. Incorporação e Condomínio: a) Registro de incorporação imobiliária: o mesmo preço do item XIII, calculado sobre o valor do terreno, custo global da obra (Lei Federal 4591, de 16/12/64, artigo 32, "h"). b) Registro de instituição de condomínio..... c) Registro de convenção de condomínio, qualquer que seja o número de unidade, incluindo o valor das averbações necessárias....	200,00 200,00	31,40 31,40	Vide nota 6 Vide nota 6
X. Registro de Loteamentos: a) Registro de loteamento ou desmembramento urbano ou rural, além das despesas de publicação de edital na imprensa, por lote ou gleba..... b) Intimação ou notificação, excluídas as despesas de publicação de edital e condução....	10,00 40,00	1,57 6,28	Vide nota 6 0,00
NOTA - Os emolumentos mínimos a serem cobrados na alínea "a", até 50 (cinquenta) lotes, serão de:.....	200,00	31,40	Vide nota 6
XI. Recebimento de prestações previstas no Dec. Lei n. 58, de 10/12/1937 e na Lei 6766, de 20/12/1979: a) Pela abertura de conta e recebimento da primeira prestação..... b) Pelo recebimento sem abertura de conta, 1% do valor depositado.	40,00	6,28	0,00
NOTA - Os valores previstos neste item serão deduzidos da importância depositada pelos prestamistas.			
XII. Matrícula: nos casos de unificação e desmembramento do imóvel, pela certidão.	30,00	4,71	Vide nota 6

XIII. Registro de Títulos (inclusive buscas, matrícula e certidão): a) Sem valor declarado - 50% do item 1º da tabela abaixo. b) Com valor declarado:			
--	--	--	--

VRC	R\$	VRC	R\$	CPC
Até 56.000,00	8.792,00	1.260,00	197,82	Vide nota 4
Até 66.000,00	10.362,00	1.485,00	233,15	"
Até 76.000,00	11.932,00	1.710,00	268,47	"
Até 86.000,00	13.502,00	1.935,00	303,80	"
Até 96.000,00	15.072,00	2.160,00	339,12	"
Até 106.000,00	16.642,00	2.385,00	374,45	"
Até 116.000,00	18.212,00	2.610,00	409,77	"
Até 126.000,00	19.782,00	2.835,00	445,10	"
Até 136.000,00	21.352,00	3.060,00	480,42	"
Até 146.000,00	22.922,00	3.285,00	515,75	"
Até 156.000,00	24.492,00	3.510,00	551,07	"
Até 166.000,00	26.062,00	3.652,00	573,36	"
Até 176.000,00	27.632,00	3.872,00	607,90	"
Até 186.000,00	29.202,00	4.092,00	642,44	"
Até 196.000,00	30.772,00	4.312,00	676,98	"

OBS: (...)

	VRC	R\$	CPC
XIV. Prenotação do título no protocolo.	10,00	1,57	0,00
XV. As inscrições dos contratos de abertura de crédito com garantia de penhor ou hipotecário, para o financiamento agrícola e pecuário com o Banco do Brasil S/A e o Banco do Estado do Paraná S/A, pagarão a metade das custas previstas neste regimento (item V). OBS: Ver nota 3			Vide nota 6
XVI. Prejudicado pelo sistema de folio real, instituído pela Lei 6015/73.			
XVII. Do título em que haja incidência do imposto de transmissão de bens imóveis e dos direitos a ele relativos, as custas deverão ser cobradas pela avaliação dada ao imóvel para aquela incidência, exceto se o título é lavrado em cumprimento a promessa de compra e venda registrada no registro de imóveis, no prazo de sessenta dias de sua lavratura.			Vide nota 6
XVIII. Tratando-se de um só adquirente ou devedor, pessoa física, num único título que versar sobre diversas unidades de um mesmo loteamento ou edifício condominial as custas serão cobradas da seguinte forma: a) Pelo registro da primeira unidade: custas integrais. b) Pelo registro de cada uma das demais unidades 80% (oitenta por cento) das custas integrais.			Vide nota 6 Vide nota 6
XIX. Serão reduzidas em 50% (cinquenta por cento) as custas devidas pelos registros			Vide nota 6

correspondente à primeira aquisição mobiliária, comprovada mediante declaração expressa do adquirente, sob as penas da lei, quando houver financiamento pelo sistema financeiro de habitação. a) Registro de averbação referente à aquisição de casa própria, em que seja parte Cooperativa Habitacional ou entidade assemelhada (artigo 290, § 1º, Lei 6015/73) - 30% do item XIII A; b) Nos programas de interesse social, executados pelas COHABs ou entidades assemelhadas; atos de aquisição de imóveis e os de averbação de construção, estarão sujeitos às seguintes limitações: - imóvel até 60 m² de área construída: 40% do item XIII A (Sem valor declarado); - mais de 60 m² até 70 m²: 50% do item XIII A (Sem valor declarado); - mais de 70 m² até 80m²; 60% do item XIII A.			
XX. Versando um título sobre a aquisição de um apartamento e uma garagem em edifício condominial e esta última unidade for considerada unidade autônoma, cada registro advindo do título aquisitivo dessa unidade garagem.	60,00	9,42	Vide nota 6

NOTAS: (...)

TABELA XIV

ATOS DOS OFICIAIS DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

I. Registro Integral de Contrato, Títulos e Documentos com valor declarado:			
---	--	--	--

VRC	R\$	VRC	R\$	CPC
Até 20.000,00	3.140,00	300,00	47,1	Vide nota 3
Até 24.000,00	3.768,00	360,00	56,52	"
Até 28.000,00	4.396,00	420,00	65,94	"
Até 32.000,00	5.024,00	480,00	75,36	"
Até 36.000,00	5.652,00	540,00	84,78	"
Até 40.000,00	6.280,00	600,00	94,2	"
Até 44.000,00	6.908,00	660,00	103,62	"
Até 48.000,00	7.536,00	720,00	113,04	"
Até 52.000,00	8.164,00	780,00	122,46	"
Até 56.000,00	8.792,00	840,00	131,88	"
Até 60.000,00	9.420,00	900,00	141,3	"
Até 64.000,00	10.048,00	960,00	150,72	"
Até 68.000,00	10.676,00	1.020,00	160,14	"

OBS.: (...)

	VRC	R\$	CPC
II. Registro Integral de Títulos, Documentos ou Papel sem valor declarado.	300,00	47,10	Vide nota 3
III. Registro e entrega de notificações, inclusive a certidão à margem do registro e no documento.....	300,00	47,10	Vide nota 3
a) Despesas de condução: no perímetro urbano.....	80,00	12,56	Vide nota 3
b) no perímetro rural ou em local distante do Cartório mais de 10 (dez) quilômetros.....	150,00	23,55	Vide nota 3
IV. Matrícula de Oficina Impressora, Jornal e outros periódicos.	150,00	23,55	Vide nota 3
V. Inscrição de Pessoas Jurídicas de fins científicos, culturais, beneficentes ou religiosos, inclusive todos os atos de registro e arquivamento.....	100,00	15,70	Vide nota 3
VI. Inscrição de pessoa jurídica de fins econômicos, inclusive todos os atos do processo, registro e arquivamento:			

VRC	R\$	VRC	R\$	CPC
Até 20.000,00	3.140,00	300,00	47,1	Vide nota 3
Até 24.000,00	3.768,00	360,00	56,52	"
Até 28.000,00	4.396,00	420,00	65,94	"
Até 32.000,00	5.024,00	480,00	75,36	"
Até 36.000,00	5.652,00	540,00	84,78	"
Até 40.000,00	6.280,00	600,00	94,2	"
Até 44.000,00	6.908,00	660,00	103,62	"
Até 48.000,00	7.536,00	720,00	113,04	"
Até 52.000,00	8.164,00	780,00	122,46	"
Até 56.000,00	8.792,00	840,00	131,88	"
Até 60.000,00	9.420,00	900,00	141,3	"
Até 64.000,00	10.048,00	960,00	150,72	"
Até 68.000,00	10.676,00	1.020,00	160,14	"

OBS.: (...)

	VRC	R\$	CPC
VII. Certidões e Buscas:			
a) Certidões	40,00	6,28	0,00
por página que crescer.....	10,00	1,57	0,00
b) buscas por dez (10) anos ou fração....	3,00	0,47	0,00
VIII. Xerocópia ou fotocópia de documento lavrado ou arquivado no Cartório.....	3,00	0,47	0,00
IX. Microfilme do documento referido nesta Tabela, qualquer que seja o número de página, mais.....	3,00	0,47	0,00
X. Autenticação procedida de acordo com a Lei Federal n.º 5433, de 08 de março de 1968, regulamentada pelo Decreto n.º 64393 de 24 de abril de 1969:			
a) de microfilmagem por rolo de 16mm.....	25,00	3,92	0,00
b) de microfilmagem por rolo de 35mm.....	60,00	9,42	0,00
c) de cópia extraída de rolo de microfilme, legalizado, por página ou fotograma.....	70,00	10,99	0,00

NOTAS: (...)

TABELA XV

ATOS DOS OFICIAIS DE PROTESTOS DE TÍTULOS

I. Anotação ou protesto			
-------------------------	--	--	--

VRC	R\$	VRC	R\$	CPC
Até 12.000,00	1.884,00	180,00	28,26	Vide nota
Até 16.000,00	2.512,00	240,00	37,68	"
Até 24.000,00	3.768,00	360,00	56,52	"
Até 32.000,00	5.024,00	480,00	75,36	"
Até 40.000,00	6.280,00	530,00	83,21	"
Até 48.000,00	7.536,00	580,00	91,06	"
Até 56.000,00	8.792,00	630,00	98,91	"
Até 64.000,00	10.048,00	680,00	106,76	"
Até 72.000,00	11.304,00	730,00	114,61	"
Até 80.000,00	12.560,00	780,00	122,46	"
Até 88.000,00	13.816,00	830,00	130,31	"

OBS.: - (...)

	VRC	R\$	CPC
II. Intimação:	80,00	12,56	Vide nota
III. Cancelamento ou anulação de protesto ou averbação de pagamento: 80% das custas do n.º I.			
IV. Certidões:			
a) negativa (por nome) e inteiro teor (por página).....	67,00	10,51	0,00
b) relatório breve (por ato).....	5,00	0,78	0,00
V. Buscas: por dez anos ou fração	3,00	0,47	0,00
VI. Autenticação de ato praticado ou de documento em poder da serventia.....	0,60	0,09	0,00

NOTA: (...)

TABELA XVI

ATOS DOS CONTADORES, PARTIDORES, DISTRIBUIDORES E DEPOSITÁRIOS PÚBLICOS

[Handwritten signature]

DOS CONTADORES

	VRC	R\$	CPC
I. Conta de qualquer natureza	65,00	10,20	Vide nota
II. Conta de juros, correção monetária e prêmios: além do previsto no item I, cada papel, por ano ou fração.....	2,00	0,31	0,00
III. Cálculo de liquidação de sentença..... - Cálculo de qualquer processo, de imposto à transmissão de propriedade inter-vivos ou causa-mortis de quaisquer outros impostos ou taxas; de liquidação em inventário e arrolamento, sejam quantas forem as sucessões e operações necessárias; formação de ativo e passivo, com base no monte-mor, na arrecadação, adjudicação, remissão ou valor apurado..... - Cálculo para cumprimento do Item 12.7.2.3. do CNCJ.....	200,00 50,00 40,00	31,40 7,85 6,28	0,00 0,00 0,00
IV. Conversão à moeda nacional ou estrangeira de cada papel de crédito, título da dívida pública, ação de companhia ou instituições financeiras; por cálculo	2,00	0,31	0,00
V. Verificação ou conferência de crédito e contas em falência, concordata, recuperação judicial, concurso creditório e prestação de contas em geral.	30,00	4,71	0,00
VI. Certidão e Buscas: as mesmas custas atribuídas ao Distribuidor			
VII. Emenda ou reforma de cálculo ou conta: metade do estabelecido nos itens I a V			
OBS: Se a emenda ou reforma resultar de omissão ou erro do Contador não serão devidas custas.			

NOTAS: (...)

DOS PARTIDORES

	VRC	R\$	CPC
I. Esboço de partilha: 10% das custas atribuídas ao Escrivão da Vara em que estiver sendo processado o feito			Vide nota 2
II. Rateio, pelo que houver: as mesmas custas do item I			
III. Emenda ou reforma de esboço de partilha ou sobrepilha: metade das custas atribuídas ao item I			
OBS: - Se a emenda ou a reforma resultar de omissão ou erro do Partidor, nada perceberá.			
IV. Busca: cada 10 (dez) anos ou fração, as mesmas custas atribuídas ao Distribuidor.			
V. Certidão: as mesmas custas atribuídas ao Distribuidor.			

NOTAS: (...)

DOS DISTRIBUIDORES

	VRC	R\$	CPC
I. Distribuição e/ou registro para o foro judicial e protocolo judiciário, para encaminhamento de petição ao Tribunal ou Comarca respectiva	90,00	14,13	
II. Distribuição e/ou registro para o foro extrajudicial:			
a) Títulos e Documentos.....	70,00	10,99	
b) Nas Comarcas onde houver somente um Ofício de Títulos e Documentos.....	30,00	4,71	
c) Tabellonatos	35,00	5,49	
d) Nas Comarcas onde houver somente um Ofício de Tabellonato de Notas.....	30,00	4,71	
e) Protestos - até R\$ 133,99.....	35,00	5,49	
R\$ 133,99 a R\$ 1.339,90.....	70,00	10,99	
R\$ 1.339,90 em diante.....	92,00	14,44	
f) Registro de Imóveis.....	45,00	7,06	
III. Averbação a margem da Distribuição e/ou registro	16,00	2,51	
IV. Baixa ou retificação de Distribuição e/ou registro de aditivos, averbações, alterações e anexos	26,00	4,08	
V. Busca:			
a) Para informação verbal.....	16,00	2,51	
b) Por 10(dez) anos ou fração que exceder os primeiros 20 (vinte) anos.....	16,00	2,51	
c) Para cumprimento do item 3.1.15 do CNGCJ	79,00	12,40	
VI. Certidão:			
a) Includa a busca até 20 (vinte) anos....	141,00	22,13	
b) por página que acrescer.....	8,00	1,25	
OBS: Vide nota 4			

NOTAS: (...)

DOS DEPOSITÁRIOS PÚBLICOS

			CPC
I. De valores, títulos da dívida pública, ações, letras hipotecárias, debêntures, dinheiro, peças de ouro, prata, jóias e pedras preciosas: sobre o valor nominal, importância final apurada, cotação oficial ou avaliação, até o máximo de 267,00 VRC (R\$ 37,65)	2%		
II. De imóveis, urbanos ou rurais: sobre a avaliação, importância a final apurada e, na falta destas, pelo valor da causa, até o máximo de 535,00 VRC (R\$ 75,43)	2%		
III. De móveis, veículos automotores, artigos de comércio e quaisquer outros objetos perecíveis: sobre a avaliação, importância a final apurada e, na falta destas, pelo valor da causa, até o máximo de 535,00 VRC (R\$ 75,43)	4%		
IV. Via férrea, linha telefônica e telegráfica, empresa de luz, água e outros serviços públicos, ou dos materiais empregados em seu	2%		

funcionamento; empresas e estabelecimentos comerciais, industriais e agrícolas; sementeira ou plantação: sobre o produto líquido dos bens administrados, até o máximo de 535,00 VRC (R\$ 75,43)			
V. Sobre os rendimentos brutos produzidos pelos bens depositados desde que auferidos com trabalho do depositário mediante autorização judicial até	10%		
VI. Pela administração de Imóveis rurais ou urbanos depositados as mesmas do item V			
VII. Nos executivos fiscais, quando houver depósitos: as custas serão calculadas sobre o valor da dívida fiscal			Vide nota 5
VIII. Pela guarda de bens: a) veículos automotores: além das custas previstas no item III por mês ou fração, sobre a avaliação, importância a final apurada e, na falta destas, pelo valor da causa..... b) Demais bens: além das custas previstas no item III e observado o seu limite, por mês ou fração, sobre a avaliação, importância a final apurada e, na falta destas, pelo valor da causa.....	0,5% 1%		
IX. Certidão e Busca: as mesmas custas atribuídas ao Distribuidor			

NOTAS: (...)

TABELA XVII

ATOS DOS AVALIADORES JUDICIAIS

	VRC	R\$	CPC
I. Avaliação de ações de companhia, debêntures, títulos semelhantes e aluguéis ou rendas:			Vide nota 3
- por 50 VRC (R\$ 7,05) ou fração.....	5,00	0,78	
- emolumento máximo.....	500,00	78,50	
II. Avaliação de imóveis e outros bens:			

VRC	R\$	VRC	R\$	CPC
Até 100.000,00	15.700,00	400,00	62,8	Vide nota 3
Até 150.000,00	23.550,00	470,00	73,79	"
Até 200.000,00	31.400,00	540,00	84,78	"
Até 250.000,00	39.250,00	670,00	105,19	"
Até 300.000,00	47.100,00	800,00	125,6	"
Até 350.000,00	54.950,00	930,00	146,01	"
Até 400.000,00	62.800,00	1.060,00	166,42	"
Até 450.000,00	70.650,00	1.190,00	186,83	"
Até 500.000,00	78.500,00	1.320,00	207,24	"
Até 550.000,00	86.350,00	1.450,00	227,65	"
Até 600.000,00	94.200,00	1.580,00	248,06	"
Até 650.000,00	102.050,00	1.710,00	268,47	"

NOTAS: (...)

TABELA XVIII

ATOS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

	VRC	R\$	CPC
I. Autos de qualquer natureza, inclusive os atos complementares	150,00	23,55	
II. Citações, Intimações ou Notificações, por pessoa.....	30,00	4,71	
- Certidão, sendo no mesmo local, o primeiro ato será cotado integralmente e os subsequentes, pela metade.....	12,00	1,88	
III. Contrafé por pessoa	6,00	0,94	
IV. Pelos atos que praticarem nas sessões do Júri inclusive certidões para ordenação de processos, de cada dia de sessão	20,00	3,14	
V. Condução: Será usada Tabela fixada pelo Juiz Diretor do Fórum em portaria, ouvidos os demais Magistrados em exercício na Comarca e atendidas as peculiaridades locais (Art. 25 da Lei n.º 7.567/82).			

NOTAS: (...)

TABELA XIX

ATOS DOS PORTEIROS DE AUDITÓRIO

	VRC	R\$	CPC
I. Certidão: Os mesmos emolumentos dos Distribuidores.			
II. Pregão: (incluída, nos leilões, a fixação do edital e respectiva certidão)			
a) efetuado em audiência.....	50,00	7,85	
b) efetuado fora de audiência.....	50,00	7,85	
III. Percentagem nas arrematações, adjudicações, ou nas remissões ou resgates, requeridos antes da praça ou depois destas: sobre o valor dos objetos arrematados, adjudicados ou remidos, 2% até o máximo de 800,00 VRC (R\$ 112,80)	2%		

OBS: (...)

TABELA XX

ATOS DOS PERITOS E ARBITRADORES

	VRC	R\$	CPC
I. Arbitramento:			
a) de multa ou de liquidação de objeto sobre o qual tiver de determinar a multa.....	20,00	3,14	
b) de responsabilidade para especialização de hipoteca legal.....	20,00	3,14	
II. Corpo de delito:			
a) quando depender de exame médico ou cirúrgico.....	40,00	6,28	
b) quando não depender desses	20,00	3,14	

exames.....			
III. Exames:			
a) de sanidade	40,00	6,28	
b) de sanidade mental, ao arbítrio do Juiz que terá em vista a observação mais ou menos longa de 10,00 VRC (R\$ 1,41) até 80,00 VRC (R\$ 11,28)			
c) cadavérico, físico ou químico, se o exame preceder à execução	120,00	18,84	
d) radioscópico, ao arbítrio do Juiz, de 10,00 VRC (R\$ 1,41) até 80,00 VRC (R\$ 11,28)			
e) radiográfico, ao arbítrio do Juiz, de 5,00 VRC (R\$ 0,70) até 40,00 VRC (R\$ 5,64)			
f) de escrituração mercantil, ao arbítrio do Juiz, de 5,00 VRC (R\$ 0,70) até 40,00 VRC (R\$ 5,64)			
g) de documento, livros ou firmas, para verificação de falsidade ou de qualquer outro fato, ao arbítrio do Juiz, de 5,00 VRC (R\$ 0,70) até 50,00 VRC (R\$ 7,05)			
h) não especificados neste número	20,00	3,14	

OBS: (...)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

Curitiba, 12 de novembro de 2013.
Of. nº 1.226/2013-GP

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 12/11/2013,

Presidente



A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 13 NOV. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a alteração da Tabela do Regimento de Custas, estabelecido na Lei Estadual nº 6.149, de 09 de setembro de 1970.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da alteração acima referida não implicar aumento de despesas.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


Desembargador **GUILHERME LUIZ GOMES**
Presidente do Tribunal de Justiça



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Curitiba, 25 de novembro de 2013.
Ofício nº 1.255/2013-GP



A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual VALDIR LUIZ ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital.

Senhor Presidente:

Através do Ofício 1.226/2013-GP, datado de 12 de novembro de 2013, foi encaminhado para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei nº 609/2013, que altera as Tabelas do Regimento de Custas, estabelecido na Lei Estadual nº 6.149, de 09 de setembro de 1970, e modificações posteriores.

Ocorre, no entanto, que em razão da necessidade de adequações na redação da proposição, em Sessão Administrativa realizada no dia 25 de novembro de 2013, o colendo Órgão Especial do Tribunal de Justiça autorizou esta Presidência a requerer a supressão do artigo 2º do citado Projeto de Lei.

Por isso, formula-se o presente para solicitar a Vossa Excelência seja formulada Emenda Supressiva ao Projeto de Lei nº 609/2012, de autoria deste Tribunal de Justiça, para retirar de sua redação original o artigo 2º, passando a ter a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº 609/2013

SÚMULA: Altera as Tabelas do Regimento de Custas, estabelecido na Lei Estadual nº 6.149, de 09 de setembro de 1970, e modificações posteriores.

Recebido
Em 26/11/13
Por [assinatura]

[assinatura]



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Art. 1º O módulo unitário do Valor de Referência de Custas (VRC), previsto na Lei Estadual nº 6.449, de 09 de setembro de 1970, com suas alterações posteriores, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014, será igual a R\$ 0,157 (cento e cinquenta e sete milésimos de real).

Art. 2º Os valores das custas e dos emolumentos, do Regimento de Custas, passam a vigorar, a partir de 1º de janeiro de 2014, em conformidade com as Tabelas I, II, III, VI, VII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XX, anexas à presente lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

Desembargador **GUILHERME LUIZ GOMES**
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 609/13

Projeto de Lei nº. 609/13
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Altera as Tabelas do regimento de Custas, estabelecido na Lei Estadual nº 6.149, de 09 de setembro de 1970, e modificações posteriores.

EMENTA: ALTERAÇÃO DAS TABELAS DE CUSTAS. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 24 E 98 DA CF. ART. 13 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. SEM ALTERAÇÃO FINANCEIRA. REGULARIDADE COM LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. ADEQUAÇÃO À LEI ESTADUAL 14.277/2003. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA SUPRESSIVA.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, visa efetuar a alteração nas Tabelas do Regimento de Custas, estabelecido pela Lei Estadual nº 6.149/70.

VISTA EM 03/12/2013

Dep. Bernardo

*retirou o pedido
vista.*

CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
(Grifos Nossos).

É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre custas forenses, conforme o artigo 24, inciso IV, da Constituição Federal, determina:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
IV - custas dos serviços forenses;

Simetricamente, traz a Constituição Estadual o seguinte:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:
(...)
IV - custas dos serviços forenses;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, a Constituição Federal aduz que as custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça:

Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:

(...)

§ 2º As custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça.

Corroborando deste entendimento a Constituição Estadual:

Art. 96. Lei de Organização e Divisão Judiciárias, de iniciativa do Tribunal de Justiça, disporá sobre a estrutura e funcionamento do Poder Judiciário do Estado e a carreira de magistratura, observados os seguintes princípios:

(...)

XVII - as custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça;

A Lei Estadual nº 14.277 de 30 de dezembro de 2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), em seu art. 1º, §2º, inciso VIII, assim dispõe:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º. Este Código dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e disciplina a constituição, a estrutura, as atribuições e a competência do Tribunal de Justiça, dos Juízes e Serviços Auxiliares, observados os princípios constitucionais que os regem.

(...)

§ 2º. Além dos princípios referidos no parágrafo anterior, também se aplicam à presente lei, os seguintes:

(...)

VIII - modicidade das custas e emolumentos.

Importante observar que o Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça a solicitação de supressão do artigo 2º do projeto em exame, razão pela qual a aprovação será na forma da EMENDA SUPRESSIVA, nos termos do artigo 137, § 1º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, tendo em vista que não implicará em aumento de despesas, vislumbrando a competência legislativa do Tribunal de Justiça para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **EMENDA SUPRESSIVA**, em virtude de sua



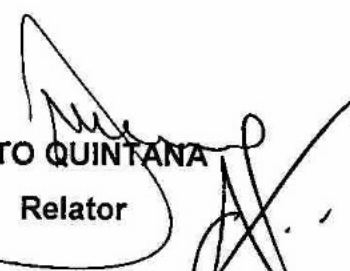
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




CONSTITUCIONALIDADE, por estarem presentes todos os requisitos
Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

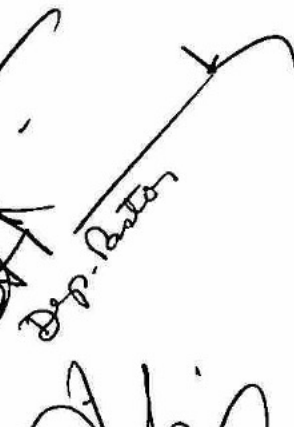
Sala das Comissões, 26 de novembro de 2013.



NELSON JUSTUS
Presidente

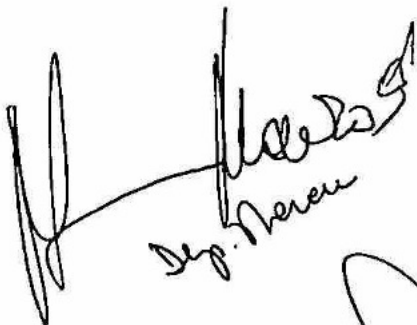

CAÍTO QUINTANA
Relator


Dep. Tadeu


Dep. Hermos


Dep. Baston


Dep. Turini


Dep. Nereu


Dep. Traiano


Dep. Curi


Dep. Carlos



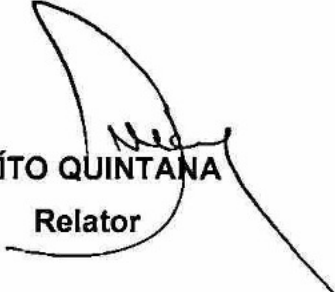
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI N.º 609/2013

Fica suprimido o artigo 2º do Projeto de Lei nº 609/2013, renumerando os demais, conforme artigo 137, § 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2013.

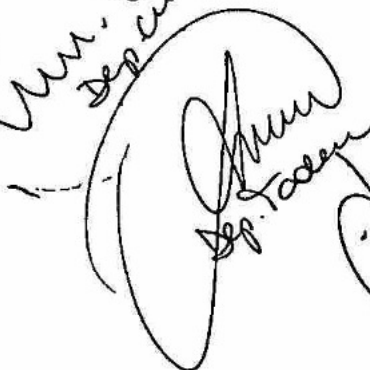

NELSON JUSTUS
Presidente

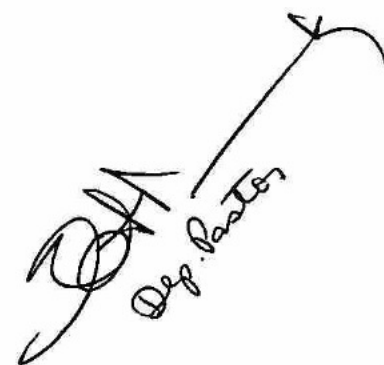

CAÍTO QUINTANA
Relator


Dep. Hermoso


Dep. Nereu


Dep. Amâncio

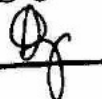

Dep. Tadeu


Dep. Pastor


Dep. Marinho


Dep. Antônio


Dep. Tereza

APROVADO
03.12.13 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 609/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1.226/2013-GP, datado de 12 de novembro de 2013, que altera as Tabelas do Regimento de Custas, estabelecido na Lei Estadual nº 6.149, de 09 de setembro de 1970, e modificações posteriores.

Contudo, o autor da proposta encaminhou a esta Casa de Leis, Ofício nº 1.255/2013-GP, datado de 25 de novembro de 2013, onde argumenta que, em Sessão Administrativa realizada no dia 25 de novembro de 2013, o colendo Órgão Especial do Tribunal de Justiça autorizou a supressão do artigo 2º do referido Projeto de Lei.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Caito Quintana exarou o devido parecer favorável, com a inclusão de Emenda Supressiva, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Tribunal de Justiça, visa alterar as Tabelas do Regimento de Custas.

Com relação a Constituição do Estado, os arts. 65 e 96 asseguram a iniciativa de matérias dessa natureza ao Tribunal de Justiça.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Insta ressaltar que, em relação à questão do impacto financeiro e orçamentário que é tratado na Lei Complementar Federal nº 101/00, (Lei de Responsabilidade Fiscal), a proposta não vem acompanhada da declaração do ordenador de despesas, uma vez, que a referida matéria, não implica em aumento de despesas.

CONCLUSÃO

Desta forma, opina-se pela Aprovação do Projeto em tela, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**, na forma do parecer exarado pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, 10/12/13

Ass: [Assinatura]
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRÉSIDENTE

[Assinatura]
DEPUTADO WILSON QUINTEIRO
RELATOR

[Assinatura]
Dep. Buhara

[Assinatura]
Dep. Waldyr

[Assinatura]
Dep. Enio

[Assinatura]
Dep. Durion



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 666/13

Súmula: Autoriza a transformação da Minerais do Paraná S/A – MINEROPAR em empresa pública, sob a denominação de Serviço Geológico do Paraná - MINEROPAR e adota outras providências.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a transformar a Minerais do Paraná S/A - MINEROPAR, criada pela Lei Estadual nº 6.938 de 21 de outubro de 1977, alterada pela Lei nº 12.459, de 16 de janeiro de 1999, em empresa pública sob a denominação de Serviço Geológico do Paraná - MINEROPAR, com capital exclusivo do Estado do Paraná, integrante da Administração Indireta do Estado, conforme dispõe o art. 7º, inciso II da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, vinculada à Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul - SEIM.

Art. 2º O Serviço Geológico do Paraná - MINEROPAR tem por finalidade executar as atividades de geologia de competência do Estado estabelecidas no art. 164, incisos I e II da Constituição Estadual, na Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e demais atribuições previstas na legislação em vigor, cabendo-lhe:

- I - organizar e manter os serviços de geologia de âmbito estadual;
- II - fornecer os documentos e mapeamentos geológicos e geotécnicos necessários ao planejamento da ocupação do solo e subsolo, nas áreas urbana e rural, no âmbito regional e municipal;
- III - subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e executar os serviços de geologia de responsabilidade do Estado do Paraná em seu território;
- IV - promover e incentivar a pesquisa do solo e subsolo e o aproveitamento adequado dos recursos minerais do Estado do Paraná;
- V - produzir, resgatar, armazenar e disponibilizar informações geológicas básicas e temáticas do território paranaense;
- VI - identificar e mapear as áreas de risco geológico e realizar estudos de identificação de ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades, em articulação com os demais entes da Federação;
- VII - realizar pesquisas relacionadas com fenômenos naturais ligados a terra, considerada a diversidade geológica, visando fornecer subsídios para o

gerenciamento do uso e ocupação racional do solo pelas diferentes atividades econômicas;

VIII - inventariar, quantificar e classificar o patrimônio geológico do Estado do Paraná, subsidiando a formulação de políticas de geoconservação e divulgação do mesmo;

IX - colaborar com os agentes públicos na gestão territorial e ambiental;

X - dar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação;

XI - prestar serviços técnicos especializados no âmbito de sua área de atuação.

Art. 3º Ficam transferidos da Minerais do Paraná S/A – MINEROPAR para a empresa pública, todos os direitos, créditos e obrigações decorrentes de lei, atos administrativos, contratos ou convênios existentes, bem como o patrimônio, saldos orçamentários e as suas respectivas receitas.

Art. 4º Para constituição da empresa pública o Estado do Paraná pagará pelas ações dos demais acionistas da Minerais do Paraná S/A – MINEROPAR, o valor patrimonial das mesmas, constantes do último balanço.

Art. 5º O quadro de pessoal do Serviço Geológico do Paraná - MINEROPAR será inicialmente constituído mediante o aproveitamento dos atuais empregados da empresa, aos quais ficam assegurados os direitos e vantagens existentes.

Parágrafo único. O regime jurídico do pessoal do Serviço Geológico do Paraná – MINEROPAR será o da legislação trabalhista, observado o disposto nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 6º Além do pessoal referido no art. 5º desta Lei, o Serviço Geológico do Paraná – MINEROPAR terá pessoal admitido mediante processo de seleção e poderá dispor de especialistas e prestadores de serviços, contratados na forma da Lei.

§ 1º Os empregados do Serviço Geológico do Paraná - MINEROPAR serão admitidos através de processo seletivo externo, na forma estabelecida em norma aprovada pela Diretoria, na qual devem estar expressos os princípios de competição e igualdade.

§ 2º Os cargos e salários da empresa pública estarão detalhados em plano de carreira, a ser regulamentado conforme disposto no art. 13 desta Lei.

Art. 7º O Serviço Geológico do Paraná - MINEROPAR terá sede e foro na Capital do Estado do Paraná e poderá estabelecer escritórios ou dependências no território estadual.

Art. 8º O prazo de duração do Serviço Geológico do Paraná - MINEROPAR é indeterminado.

Art. 9º Constituem receitas do Serviço Geológico do Paraná - MINEROPAR:

I - Cota pertencente ao Estado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), na sua totalidade;

II - recursos orçamentários, créditos especiais, transferências e repasses, que lhe forem deferidos;

III - importâncias oriundas da prestação de serviços públicos à União, ao Estado e aos Municípios, e da alienação de bens e direitos, na forma da legislação específica;

IV - doações, legados, subvenções, receita de prestação de serviços à iniciativa privada e outros recursos, que lhe forem destinados.

Art. 10. O Serviço Geológico do Paraná - MINEROPAR será administrado por:

I - Conselho de Administração;

II - Diretoria Executiva;

III - Conselho Fiscal.

§ 1º O Conselho de Administração será composto por cinco membros, nomeados pelo Governador do Estado, com mandato de dois anos permitida a recondução por mais um período,

§ 2º A Diretoria Executiva será constituída de três membros, nomeados pelo Governador do Estado, com mandato de quatro anos, permitida a recondução.

§ 3º O Conselho Fiscal será composto de três membros efetivos e três membros suplentes, nomeados anualmente pelo Governador do Estado, para um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 11. A remuneração dos membros da Diretoria será fixada pelo Governador do Estado.

Art. 12. O capital social do Serviço Geológico do Paraná será composto pelos bens e direitos da transformada Minerais do Paraná S.A.

Art. 13. O Estatuto Social do Serviço Geológico do Paraná - MINEROPAR fixará atribuições, competência, estrutura organizacional e demais condições para seu funcionamento, respeitadas as determinações legais cabíveis, a serem aprovadas por ato do Governador do Estado, no prazo de noventa dias, contados da data da publicação da presente Lei.

Art. 14. O Serviço Geológico do Paraná - MINEROPAR gozará das isenções e benefícios conferidos às empresas similares.

Art. 15. Tendo em vista a necessidade de dar continuidade aos serviços prestados pelo Serviço Geológico do Paraná - MINEROPAR, sem sofrer solução de continuidade, sua execução orçamentária-financeira, no exercício de 2013, será executada de acordo com o estabelecido na Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Especial ao Orçamento Geral do Estado até o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para atender as



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

despesas com aquisições de ações necessárias à implementação da presente Lei.

Art. 17. Fica extinto o Fundo Paranaense de Mineração - FUPAM, instituído pela Lei nº 6.938, de 1977.

Art. 18. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 19 de novembro de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 NOV. 2013

Assunto

1º Secretário



MENSAGEM

Nº 152 /2013

Curitiba, 19 de novembro de 2013.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 25/11/2013,

Presidente



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a transformar a Minerais do Paraná S/A - MINEROPAR, criada pela Lei Estadual nº 6.938 de 21 de outubro de 1977, alterada pela Lei nº 12.459, de 16 de janeiro de 1999, em empresa pública sob a denominação de Serviço Geológico do Paraná - MINEROPAR, com capital exclusivo do Estado do Paraná, integrante da Administração Indireta do Estado, conforme dispõe o art. 7º, inciso II da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, vinculada à Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul – SEIM.

A Minerais do Paraná S/A – MINEROPAR foi fundada em 1977, juntamente com outras empresas estaduais de mineração cujo objetivo, à época, foi o de atender demandas específicas no conhecimento do potencial mineral dos estados, na busca de minérios e na necessidade de minerais estratégicos para o setor industrial carente por novas matérias primas, apoiado num modelo de substituição de importação.

Este modelo tornou-se anacrônico em vista do aumento da atuação no mercado de grandes e médias empresas de mineração, bem como o gradual desinteresse do Estado em ser o agente de extração dos bens minerais de que necessitava o setor industrial. Em outras palavras, já não houve mais espaço, no Brasil como um todo, para as empresas estaduais que insistiram em permanecer com o perfil de "empresa de mineração", propriamente dita. O resultado final foi, principalmente, a mudança de foco das mesmas, aproveitando todo o conhecimento geológico acumulado, para construir um perfil mais abrangente, voltado à ação de planejamento do uso e da ocupação do seu território, levantamento e disseminação do conhecimento geológico e fomento à indústria mineral e, no caso paranaense, em especial, dos bens de interesse social que sustentam as indústrias da construção civil e da agricultura.

Excelentíssimo Senhor

Deputado VALDIR ROSSONI

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N/CAPITAL

AJB/Prot. 10.725.176-6

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Este modelo foi absorvido aqui no Paraná e a MINEROPAR passou gradualmente de empresa estadual de mineração para empresa de fomento à indústria mineral e à de obtenção de conhecimento geológico para a gestão territorial. Sua ação relativa à prospecção mineral só se efetivava nos casos em que houvesse a necessidade de atrair a atenção do empresariado para uma região específica do Paraná, ou seja agente fomentador do desenvolvimento da indústria mineral regional do Estado.

Atualmente as novas demandas da sociedade na área de risco geológico reforçaram a necessidade de se adequar institucionalmente a empresa, culminando com a proposta de transformação da MINEROPAR em uma instituição com o perfil dos "Serviços Geológicos", tal qual formatada em diversos países e também na Administração Pública Federal, através da CPRM – Serviço Geológico do Brasil, que vieram equacionar as atividades geológicas em suas áreas de atuação.

O Serviço Geológico do Paraná – MINEROPAR virá para realizar atividades de competência legais do Estado na área da geologia, com fornecimento de informações sobre as potencialidades e o gerenciamento de recursos minerais e sua localização, invariavelmente feita por meio de levantamentos geológicos. Igualmente terá a obrigação de fornecer as informações necessárias para que se estabeleçam as fragilidades dos terrenos para determinados usos e ocupações, principalmente no que concerne aos riscos de escorregamento de encostas, problemas de erosão de grande escala, ou solapamento (implosão) natural do terreno em áreas suscetíveis a este tipo de problema natural em apoio aos órgãos de planejamento e de defesa civil. Outra via de trabalho está no apoio técnico e assessoramento aos órgãos vinculados à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, que têm a missão de licenciamento da atividade econômica, além das secretarias municipais de meio ambiente.

A nova Instituição, como executora de serviços de responsabilidade do Estado, será custeada através de recursos orçamentários dos entes públicos que demandam seus serviços e da secretaria a que estiver vinculada, como forma de viabilizar suas atividades. Existem também outras formas de financiamento que poderão, ao longo do tempo, torná-la autossuficiente, dos quais se destacam a Compensação Financeira sobre a Exploração Mineral (CFEM) e parcela dos recursos dos royalties destinados para aplicação no campo da geologia. Como empresa pública a Instituição também poderá pleitear financiamentos em organismos federais, seja para o desenvolvimento de projetos (FINEP, linhas de financiamento ministeriais e parcerias, por exemplo, com a CPRM - Serviço Geológico do Brasil), seja para a pesquisa básica (CNPq e CAPES).

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputado Pedro Lupion
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o projeto de Lei nº 666/2013 de autoria do PODER EXECUTIVO que *“Autoriza a transformação da Minerais do Paraná – S/A Mineropar em empresa pública, sob a denominação de Serviço Geológico do Paraná – Mineropar e adota outras providências”*

Relator: **DEPUTADO PEDRO LUPION**

PROJETO DE LEI ESTADUAL QUE VISA ALTERAR A PERSONALIDADE JURÍDICA DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA PARA EMPRESA PÚBLICA – AUTORIA DO PODER EXECUTIVO – POSSIBILIDADE ART. 66, INCISO IV DA CE.
1. Projeto de Lei que visa a transformar sociedade de economia mista em empresa pública, de autoria do Poder Executivo. 2. Preenchidos os requisitos de legitimidade e adequação ao que determina a Lei Complementar nº 95/98. 3. A Constituição do Estado do Paraná atribui como competência exclusiva do Poder Executivo a administração estadual. 4. Tratando-se de mera novação de personalidade jurídica, mantidas as estruturas e os cargos não se vislumbra acréscimo de despesas ou impacto financeiro, dispensando-se as exigências contidas na Lei Complementar 101/00. 5. Parecer pela APROVAÇÃO.

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei (PL) nº 666/2013, de autoria do PODER EXECUTIVO, o qual apresenta a seguinte súmula: *“Autoriza a transformação da Minerais do Paraná – S/A Mineropar em empresa pública, sob a denominação de Serviço Geológico do Paraná – Mineropar e adota outras providências”*

REGIME DE URGÊNCIA

VISTA EM 03 / 12 / 2019

Dep. Peziles e Tadeu

CGJ



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputado Pedro Lupion

3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Em breve síntese o autor da proposição traz em sua justificativa o histórico da Minerais do Paraná S/A MINEROPAR, a qual foi fundada em 1977, por intermédio da Lei Estadual nº 6.938 de 21 de outubro de 1977.

Conforme consta, a MINEROPAR foi criada com o objetivo de atender demandas específicas no conhecimento do potencial mineral dos estados, na busca de minérios e na necessidade de minerais estratégicos para o setor industrial carente por novas matérias primas, apoiado num modelo de substituição de importação.

Porém, considerando o aumento da atuação no mercado de médias e grandes empresas de mineração, bem como o gradual desinteresse do Estado em ser agente de extração dos bens minerais de que necessitava o setor industrial, tornando-se o modelo atual anacrônico.

Assim, aduz que atualmente as novas demandas da sociedade na área de risco geológico reforçaram a necessidade de se adequar institucionalmente a empresa, culminando com a proposta de transformação da MINEROPAR em uma instituição com o perfil de “Serviços Geológicos” tal qual formatada em diversos países e também na Administração Pública Federal, por intermédio da CPRM – SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL.

Menciona que o novo modelo a ser adotado, ou seja, a nova instituição será executora de serviços de responsabilidade do Estado, sendo custeado por intermédio de recursos orçamentários dos entes públicos que demandam de seus serviços e da secretaria a que estiver vinculada, como forma de viabilizar suas atividades. Ainda, que existe também outras formas de financiamento que poderão, ao longo do tempo, torná-la autossuficiente, dos quais se destacam a



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputado Pedro Lupion

3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Compensação Financeira sobre a Exploração Mineral (CFEM) e parcela dos recursos dos royalties destinado para aplicação no campo da geologia.

Por fim, destaca que como empresa pública a instituição também poderá pleitear linhas de financiamento ministeriais e parcerias, por exemplo, com a CPRM (Serviço Geológico do Brasil), seja para a pesquisa básica (CNPq e CAPES).

Uma vez lido no expediente e concedido apoio à D.L., o PL fora encaminhado a essa Comissão de Constituição e Justiça, sendo designado o Parlamentar que ora subscreve como relator da matéria.

É O RELATÓRIO.

II – ANÁLISE E VOTO.

Inicialmente, cumpre-me contextualizar a necessidade do presente Projeto de Lei passar pela análise desta Comissão, que por sua vez não se restringe tão somente ao que determina o artigo 33-A¹ do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, considerando que o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, permite evitar as arbitrariedades contra os cidadãos e colocam limites ao poder estatal.²

Neste contexto, esta análise é necessária uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

² Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: *‘O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade’*. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª. Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 256)



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputado Pedro Lupion
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Pois bem, desta forma passa-se à análise do PL.

O Poder Executivo inegavelmente é legítimo para apresentar Projetos de Leis conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65³) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124⁴).

No mesmo sentido, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Em relação a constitucionalidade, da matéria propriamente dita, não se encontra qualquer óbice para a sua aprovação perante esta Comissão, considerando que a matéria vinculada ao PL em apreço é de competência exclusiva do Sr. Governador, conforme determina a Constituição Estadual em seu artigo 66, inciso IV, senão vejamos:

Art. 66 [CE] Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado às leis que disponham sobre:

[...]

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (grifo meu)

³ Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo meu)

⁴ Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo meu)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputado Pedro Lupion

3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

No mesmo sentido tem-se o artigo 87, inciso VI da Constituição Estadual:

Art. 87 Compete privativamente ao Governador:

[...]

VI – dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei; (grifo meu)

Consigne-se que a pretensa legislação objetiva na espécie tão somente realizar a típica hipótese de novação de personalidade jurídica, eis que a Minerais do Paraná S/A, atualmente sociedade anônima de capital misto⁵ passará a ser empresa pública sob a denominação Serviços Geológicos do Paraná.

Neste contexto é inequívoco que a mera novação da personalidade jurídica da sociedade em apreço não traz impacto financeiro, em principal não haverá acréscimo de despesas, assim como informado na justificativa do PL que os cargos e as estruturas existentes permanecerão inalteradas. Assim, não é necessário a apresentação de qualquer cálculo e/ou planilha a que se refere a Lei Complementar Federal nº101/00.

Assim, estão devidamente preenchidos os requisitos de constitucionalidade formal do PL em apreço, considerando que o proponente é legítimo, bem como detém competência exclusiva sobre a matéria, estando os termos da pretensa legislação em perfeita consonância ao que determina a Lei

⁵ Cf. Art. 3º da Lei Estadual nº 6.938/1977, o qual menciona: “À administração do FUNDO PARANAENSE DE MINERAÇÃO competirá, mediante o respectivo contrato de concessão, à empresa Minerais do Paraná S/A - MINEROPAR, Sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, que o Poder Executivo fica autorizado a constituir e dela participará subscrevendo ações na forma prevista no artigo 4º.”



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputado Pedro Lupion
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Complementar nº 95/98, não havendo necessidade de se demonstrar impacto financeiro ante sua completa inexistência.

Em relação a constitucionalidade material deve-se ter em mente que a própria Constituição Federal prevê a exploração de atividades pela Administração Pública, por meio de empresas públicas conforme o próprio artigo 173 menciona:

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

IV - a constituição e o funcionamento dos conselhos de administração e fiscal, com a participação de acionistas minoritários; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

V - os mandatos, a avaliação de desempenho e a responsabilidade dos administradores. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 2º - As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

§ 3º - A lei regulamentará as relações da empresa pública com o Estado e a sociedade.



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputado Pedro Lupion

3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

§ 4º - *A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.*

§ 5º - *A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular.*

Ademais, a novação da personalidade jurídica almejada pelo Poder Executivo, e conforme a inclusa justificativa em nada irá interferir nas atividades exercidas, mantendo-se inclusive a autorização/concessão para o fiel cumprimento de seus objetivos, conforme disposto no artigo 176 da Constituição Federal:

Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

§ 1º *A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)*

§ 2º - *É assegurada participação ao proprietário do solo nos resultados da lavra, na forma e no valor que dispuser a lei.*

§ 3º - *A autorização de pesquisa será sempre por prazo determinado, e as autorizações e concessões previstas neste artigo não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do poder concedente.*

§ 4º - *Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.*

Assim, se compreende que pelo poder discricionário do Poder Executivo, o único competente para dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, conforme disposição constitucional, entende ser mais



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

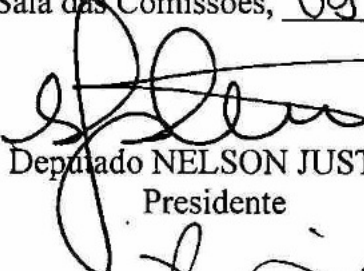
Gabinete Deputado Pedro Lupion
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

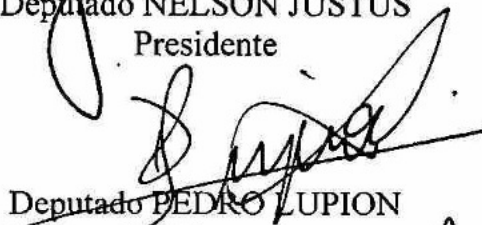
viável a alteração da personalidade jurídica da então sociedade de economia mista em apreço.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, manifesto-me pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 666/2013, de autoria do PODER EXECUTIVO, considerando o preenchimento de todos os requisitos em relação a sua constitucionalidade, técnica legislativa e regimental.


Sala das Comissões, 09 de Dezembro de 2013.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator



APROVADO

09.12.13 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 666/13

RELATÓRIO

O Projeto de Lei em estudo é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 152/13, autoriza a transformação da Minerais do Paraná S/A – MINEROPAR em Empresa Pública, sob a denominação de serviço Geológico do Paraná – MINEROPAR e adota outras providências.

Procedida à análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Pedro Lupion, que exarou o devido parecer favorável, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, trata das novas demandas da sociedade na área de risco geológico e reforçam a necessidade de se adequar institucionalmente a empresa em questão.

Insta ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual, e ainda, não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00, na medida em que não haverá acréscimo de despesas e tão somente a mera novação da personalidade jurídica da sociedade em questão.

CONCLUSÃO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Desta forma, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

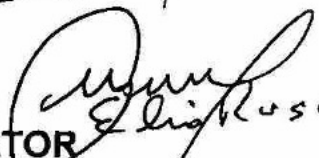
É o parecer.

Sala das Comissões, 11/12/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

DEPUTADO

RELATOR


ELCIO RUSCH


Dr. Dubner


Dr. Wilson


Elcio Virri


Dr. Rocco



COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 666/2013

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 152/13, tem por escopo autorizar a transformação da Minerais do Paraná S/A – MINEROPAR em Empresa Pública, sob a denominação de Serviço Geológico do Paraná – MINEROPAR e adota outras providencias.

O presente projeto passou pela análise da Comissão de Constituição e Justiça a qual emitiu parecer favorável.

Em razão do objeto do presente projeto de lei possuir um relevante interesse coletivo, opino favoravelmente à aprovação do presente Projeto de Lei.

Portanto, em face do exposto e conforme o parecer da CCJ, oferecemos PARECER FAVORÁVEL, recomendando a sua aprovação.

Curitiba, 16 de dezembro de 2013

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES

RELATOR

DEPUTADO CAITO QUINTANA

PRESIDENTE

CONFERE COM O ORIGINAL

REQUERIMIENTO

1 - RECEBIDO

II – PROTOCOLE-SE

III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO.

IV - AO DAP PARA PROVIDÊNCIAS

SALA DAS SESSÕES DATA

PRESIDENTE

16 DEZ. 2013

Requer a Transformação das Sessões Plenárias de 17 de dezembro, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 666 e 667, ambos do ano de 2013, com diminuição de interstício entre as sessões.

Senhor, Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **requerem**, com fundamento no art. 107 e no art. 174, § 2º do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, de 17 de dezembro, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 666 e 667, ambos do ano de 2013, com diminuição de interstício entre as sessões.

Sala das Sessões em, 16 de dezembro de 2013.

15:04 16/12/2013 010962 DPF 85794F18 1F619 000000

⑧ André



PROJETO DE LEI 667/13 PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Súmula: Altera dispositivos da Lei nº 11.580, de 1996, que dispõe quanto ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O *caput* do § 2º e os §§ 4º e 5º do art. 14 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-lhe os §§ 6º a 8º:

“Art. 14. ...

§ 1º ...

§ 2º A aplicação da alíquota prevista na alínea “u” do inciso II deste artigo independerá da sujeição ao regime da substituição tributária nas seguintes situações:

I - ...

II - ...

§ 3º...

§ 4º O não cumprimento da condição tratada no § 3º deste artigo ensejará a cobrança, do estabelecimento adquirente, do imposto devido, decorrente da diferença entre a aplicação da alíquota prevista no inciso VI do *caput* e aquela tratada na alínea “u” do inciso II do *caput*, com os acréscimos legais cabíveis desde a data de entrada do veículo no seu estabelecimento.

§ 5º O disposto nos §§ 3º e 4º deste artigo aplica-se a veículos automotores de passageiros (NCM 87.03) e a veículos comerciais leves com capacidade de carga de até 5 t (NCM 87.04), e não se aplica no caso de sinistro com perda substancial ou total do veículo, a ser comprovada de acordo com a legislação própria ou segundo os princípios de contabilidade geralmente aceitos.

X § 6º Considera-se que ocorreu perda substancial do veículo, para efeitos do § 5º deste artigo, na hipótese em que a reparação para restituição do bem ao estado físico original exigir dispêndio igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do seu valor de mercado, apurado mediante consulta à Tabela FIPE do mês imediatamente anterior ao em que ocorreu o sinistro.

X § 7º Para fins de comprovação do dispêndio exigido à reparação do veículo sinistrado de que trata o § 6º deste artigo, o contribuinte deverá manter, pelo prazo previsto na legislação, para apresentação ao fisco, quando solicitados, cópia do Registro Policial da Ocorrência, duas imagens fotográficas do veículo sinistrado e três orçamentos firmados por sociedades empresárias especializadas na reparação de veículos automotores.

X § 8º Não se aplica o disposto no § 4º deste artigo na alienação do veículo a instituições financeiras, em operações de *leasing* ou de alienação fiduciária vinculada a financiamento, quando mantida a posse do veículo com o adquirente originário."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 19 de novembro de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº 154 /2013

Curitiba, em 19 de novembro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 NOV. 2013

Quarto

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva incluir no texto da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, dispositivos que regulamentem situações não previstas para que se mantenha a redução da alíquota concedida para as vendas de veículos automotores quando destinados ao ativo imobilizado do adquirente, promovidas diretamente pelo fabricante ou importador, nas quais se aplica a alíquota de 12% (doze por cento) prevista na alínea “u” do inciso II do art. 14, em face do disposto no inciso II do § 2º do mesmo artigo.

Ocorre que, para usufruir da mencionada redução e evitar a revenda dos veículos usados em condições de concorrência desleal com outros contribuintes dessa área, a Lei nº 11.580, de 1996, estabeleceu que, caso a posterior alienação do veículo ocorra em período inferior a doze meses de sua compra, o primeiro adquirente estaria obrigado a recolher o diferencial de 6% (seis por cento) entre a alíquota de 12% (doze por cento) e a de 18% (dezoito por cento).

As novas redações propostas para o § 2º e o § 4º do art. 14 pretendem tão somente a correção na citação da alínea do inciso II deste artigo, de “t” para “u”, uma vez que é a segunda alínea que trata da determinação da alíquota de 12% (doze por cento) para as operações com veículos automotores novos e peças para veículos automotores, inclusive para veículos, máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários, quando a operação seja realizada sob o regime da sujeição passiva por substituição tributária, com retenção do imposto relativo às operações subsequentes.

A nova redação proposta para o § 5º daquele mesmo artigo, assim como a inclusão dos §§ 6º e 7º, dispõe sobre as vendas de veículos sinistrados, incluindo a perda substancial como hipótese para que não se exija o recolhimento do diferencial de alíquotas, estabelecendo os procedimentos para a comprovação da nova situação.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.951.666-8

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 25/11/2013

[Assinatura]

Presidente





PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Por fim, a inclusão do § 8º dispensa a exigência do diferencial de alíquotas nas operações de *leasing* e de alienação fiduciária dos veículos a instituições financeiras, necessárias ao financiamento dos próprios veículos, com manutenção da propriedade na pessoa do adquirente original, considerando que não ocorreu, no caso, a alienação do veículo.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

**Lei 11580 - 14 de Novembro de 1996**

Publicado no Diário Oficial nº. 4885 de 14 de Novembro de 1996

(vide Lei 14260, de 22/12/2003) (vide Lei 14260, de 22/12/2003)

Súmula: Dispõe sobre o ICMS, com base no art. 155, inc. II, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº. 87, de 13 de setembro de 1996 e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º. Esta Lei dispõe quanto ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior - ICMS, instituído pela Lei nº. 8.933, de 26 de janeiro de 1989, com base no art. 155, inc. II, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº. 87, de 13 de setembro de 1996.

**CAPÍTULO I
DA INCIDÊNCIA**

Art. 2º. O imposto incide sobre:

I - operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares;

II - prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;

III - prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;

IV - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

V - o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência tributária dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.

VI - a entrada no estabelecimento de contribuinte, de mercadoria ou bem oriundos de outras unidades da Federação, destinados ao uso ou consumo ou ao ativo permanente.
(Incluído pela Lei 15342 de 22/12/2006)

§ 1º. O imposto incide também:

~~I - sobre a entrada de mercadoria importada do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda quando se tratar de bem destinado a consumo ou ativo permanente do estabelecimento;~~

I - sobre a entrada de mercadoria ou bem importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade (Lei Complementar nº 114/02); (Redação dada pela Lei 14050, de 14/05/2003)

II - sobre o serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;

III - sobre a entrada, no território paranaense, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à industrialização ou à comercialização pelo destinatário adquirente aqui localizado, decorrentes de operações interestaduais, cabendo o imposto a este Estado.

§ 2º. A caracterização do fato gerador independe da natureza jurídica da operação ou prestação que o constitua.

**CAPÍTULO II
DAS IMUNIDADES, NÃO-INCIDÊNCIAS E BENEFÍCIOS FISCAIS**

~~§ 2º. A aplicação da alíquota prevista na alínea o do inciso II deste artigo, independe da sujeição ao regime da substituição tributária nas seguintes situações:~~

§ 2º. A aplicação da alíquota prevista na alínea "t" do inciso II deste artigo, independe da sujeição ao regime da substituição tributária nas seguintes situações:
(Redação dada pela Lei 16016 de 19/12/2008)

~~§ 4º. ...Vetado...
(Incluído pela Lei 13410 de 26/12/2001)~~

~~§ 4º. A alíquota prevista no inciso II aplica-se às operações com leite UHT (ultra-high temperature), acondicionado em embalagem longa-vida, classificado na posição 0401 da NBM/SH.
(Redação dada pela Lei 14681 de 04/05/2005)~~

§ 4º. O não cumprimento da condição, tratada no § 3º, ensejará a cobrança, do estabelecimento adquirente, do imposto devido, decorrente da diferença entre a aplicação da alíquota prevista no inciso VI do caput e aquela tratada na alínea "t" do inciso II do caput, com os acréscimos legais cabíveis, desde a data de entrada do veículo no seu estabelecimento.
(Redação dada pela Lei 16016 de 19/12/2008)

~~§ 5º. Para efeito do disposto na parte final prevista no inciso III do § 2º deste artigo, é condição para tanto que eventual e posterior alienação do veículo ou sua transferência para outro Estado pelo estabelecimento adquirente, ocorra após o transcurso de, no mínimo, 15 (quinze) meses da respectiva entrada, circunstância essa que deverá constar no documento fiscal emitido referente à aquisição e será informada ao fisco de destino do veículo.
(Incluído pela Lei 14981 de 28/12/2005)~~

~~§ 5º. Para efeito do disposto na parte final prevista no inciso III do parágrafo 2º deste artigo, é condição para tanto que eventual e posterior alienação do veículo ou sua transferência para outro Estado pelo estabelecimento adquirente, ocorra após o transcurso de, no mínimo, 12 (doze) meses da respectiva entrada, circunstância essa que deverá constar no documento fiscal emitido referente à aquisição e será informada ao fisco de destino do veículo.
(Redação dada pela Lei 15450 de 15/01/2007)~~

§ 5º. O disposto nos §§ 3º e 4º aplica-se a veículos automóveis de passageiros (NCM 8703) e veículos comerciais leves com capacidade de carga de até 5 t (NCM 8704), e não se aplica no caso de sinistro por perda total do veículo a ser comprovado de acordo com a legislação própria e/ou segundo os princípios de contabilidade geralmente aceitos.
(Redação dada pela Lei 16016 de 19/12/2008)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Liderança do Governo



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 667/2013

Projeto de Lei nº 667/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 154/2013

Súmula: Altera dispositivos da Lei nº 11.580, de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

EMENTA: TRIBUTÁRIO. ALTERAÇÃO DA LEI Nº 11.580/96. ICMS. INICIATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 155, INCISO II DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo objetiva alterar dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS.

A proposta corrige equívocos na norma e estabelece novas regras em operações realizadas pelo fabricante ou importador, que destine veículo diretamente a consumidor ou usuário final, ou quando destinado ao ativo imobilizado do adquirente.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Liderança do Governo



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ** determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Poder Executivo (Governador do Estado), vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Liderança do Governo



Corrobora deste entendimento o artigo 124 do **REGIMENTO INTERNO** desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Importante ressaltar que em relação à referida matéria, a Constituição Federal dá plena autonomia e dá legitimidade e competência aos estados e Distrito Federal para legislar sobre ICMS:

Art. 155 – Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir imposto sobre:

(...)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Liderança do Governo

CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente projeto, tendo em vista que cumpre todos os requisitos legais e constitucionais.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR


Dep. Sérgio


Dep. Carlos

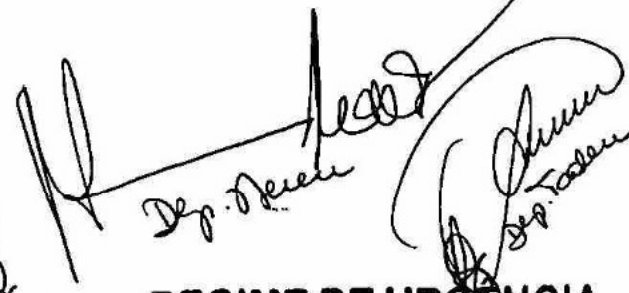

Dep. Luciano


Dep. Fernando


Dep. Auri


Dep. Laurion


Dep. Pastor


Dep. Reu

APROVADO
03.12.13

REGIME DE URGENCIA



COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 667/2013

Projeto de Lei nº 667/2013

Autor: Poder Executivo

Súmula: Altera dispositivos da Lei nº 11.580, de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo tem por objetivo alterar dispositivos da Lei Ordinária nº 11.580, de 1996, que visam corrigir equívocos de redação percebidos na lei atual, além de disciplinar a respeito de questões já previstas na norma.

O novo disciplinamento, proposto nos §§ 6º, 7º e 8º, esclarece as situações em que o adquirente de veículo, beneficiado pelo diferimento da alíquota de ICMS, poderá transferir o veículo para outra UF mantendo o benefício, sem que tenha que cumprir o prazo de 12 meses de licenciamento no Paraná.



As correções propostas nos §§ 2º e 4º referem-se ao apontamento correto da alínea que faz menção ao objeto em questão; a tributação incidente sobre o comércio de veículos automotores novos. Enquanto a correção proposta no § 5º tão somente corrige redação errônea.


As alterações propostas apenas dão maior clareza à Lei, não provocando alterações substanciais à atual estrutura tributária.


Diste disto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente projeto.

Sala das Comissões
~~Comissão de Finanças~~

10 de dezembro de 2013.


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ENIO JOSÉ VERRI
RELATOR

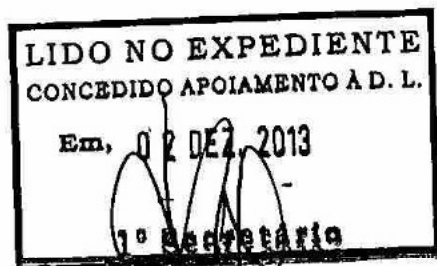

Dep. Wilson


Dep. de pin


Dep. Waldyr


Dep. Adriano

15:04 16/12/22



PROJETO DE LEI Nº 703/2013

Altera a Lei nº 12.443, de 13 de janeiro de 1999.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 12.443, de 13 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família - APMI, com sede e foro no Município de Wenceslau Braz.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2013.

Deputado CAÍTO QUINTANA
PRESIDENTE

Deputado PEDRO LUPION
RELATOR

Deputada CANTORA MARA LIMA
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*




Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração no nome da entidade.

A Lei nº 12.443, de 13 de janeiro de 1999, concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI. Contudo, verifica-se que no Estatuto Social da entidade consta nome divergente, sendo necessária a adequação da Lei para que passe a constar Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família - APMI.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2013.

SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para Impressão

Lei 12443 - 13 de Janeiro de 1999

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 5422 de 26 de Janeiro de 1999

FAMÍLIA

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no município de Wenceslau Braz.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no município de Wenceslau Braz.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 13 janeiro de 1999.

Jaime Lerner
Governador do Estado

Fani Lerner
Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



*Divergência - Estado - CNPJ com a Lei
Alterar Lei - Incluir Família*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 703/2013

Projeto de Lei nº. 703/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 12.443, de 13 de janeiro de 1999.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.443/1999 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI” PARA “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE, À INFÂNCIA E À FAMÍLIA - APMI” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

Lei 12.443/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Wenceslau Braz.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação da "Associação de Proteção à Maternidade e à infância - APMI" para "Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família - APMI", conforme consta sua razão social.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase
de sua tramitação.
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a
competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:


Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

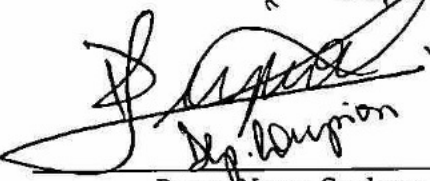

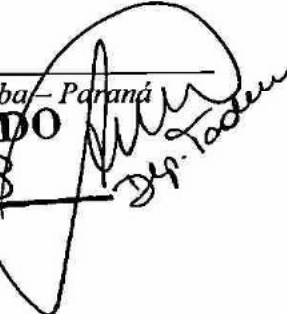
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR




Praça Nossa Senhora da Salete s/nº Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

11/12/13



PROJETO DE LEI Nº 705/2013

Altera a Lei nº 12.292, de 18 de agosto de 1998.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 12.292, de 18 de agosto de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família João e Maria - APMI, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2013.

Deputado **CAÍTO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n. 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TERCILIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração no nome da entidade.

A Lei nº 12.292, de 18 de agosto de 1998 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Paulo VI. Contudo, verifica-se que no Estatuto Social da entidade consta nome divergente, sendo necessária a adequação da Lei para que passe a constar Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família João e Maria - APMI.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2013.

SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para Impressão

Lei 12292 - 18 de Agosto de 1998

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 5324 de 28 de Agosto de 1998

Súmula: Declara de utilidade pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Paulo VI, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Paulo VI, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 18 de agosto de 1998.

Jaime Lerner
Governador do Estado

Fani Lerner
Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



DIVERGÊNCIA ESTADO - CNPS COM A LEI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 705/2013

Projeto de Lei nº. 705/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: *Altera a Lei nº 12.292, de 18 de agosto de 1998.*

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.292/1998 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA PAULO VI” PARA “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE, À INFÂNCIA E À FAMÍLIA JOÃO E MARIA - APMI” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

Lei 12.292/1998. Súmula: *Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Paulo VI, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação da "Associação de Proteção à Maternidade e à infância Paulo VI" para "Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família João e Maria - APMI", conforme consta sua razão social.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase
de sua tramitação.
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a
competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

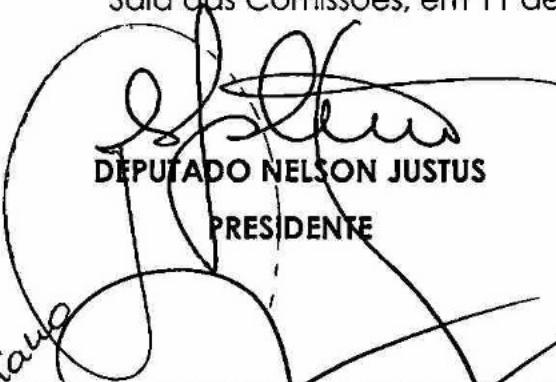
Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.




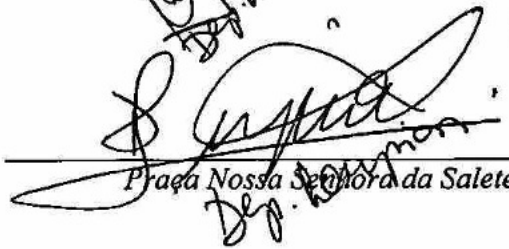
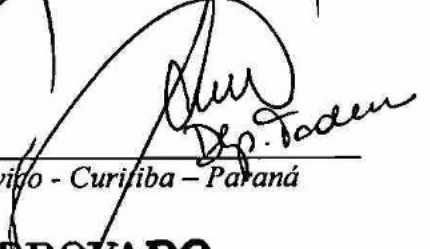
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR






Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

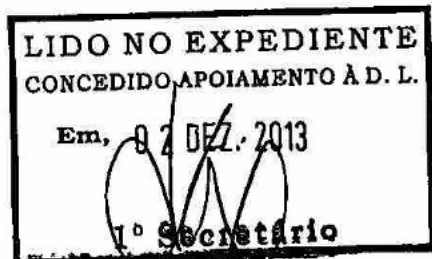
APROVADO

11.12.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



PROJETO DE LEI Nº 706 /2013

Altera a Lei nº 7.752, de 27 de outubro de 1983.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 7.752, de 27 de outubro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família - APMI, com sede e foro no Município de Santa Fé.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2013.

Deputado **CAIO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **TABEU VENERI**

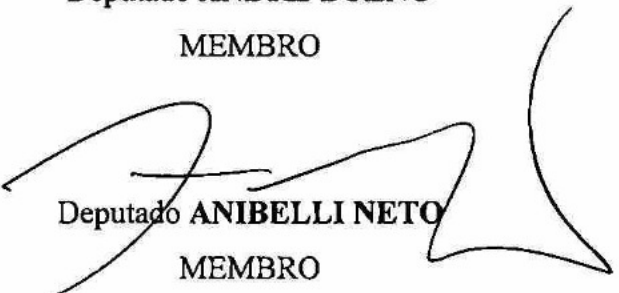
MEMBRO


Deputado **TERCILIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração no nome da entidade.

A Lei nº 7.752, de 27 de outubro de 1983 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI. Contudo, verifica-se que no Estatuto Social da entidade consta nome divergente, sendo necessária a adequação da Lei para que passe a constar Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família - APMI.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2013.

SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei 7752 - 27 de Outubro de 1983

Alterado Compilado Original Publicado no Diário Oficial nº. 1651 de 1 de Novembro de 1983

Súmula: Declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA" - A.P.M.I., com sede e foro na Cidade de Santa Fé.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA" - A.P.M.I., com sede e foro na cidade de Santa Fé.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 27 de outubro de 1983.

José Richa
Governador do Estado

Luiz Cordoni Junior
Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social

ALTERAR Denominação incluir "Família"

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 706/2013

Projeto de Lei nº. 706/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 7.752, de 27 de outubro de 1983.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 7.752/1983 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA – A.P.M.I.” PARA “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE, À INFÂNCIA E À FAMÍLIA - APMI” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

Lei 7.752/1983. Súmula: Declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA”- A.P.M.I., com sede e foro na Cidade de Santa Fé.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação da "Associação de Proteção à Maternidade e à infância- A.P.M.I." para "Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família- APMI", conforme consta sua razão social.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase
de sua tramitação.
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a
competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

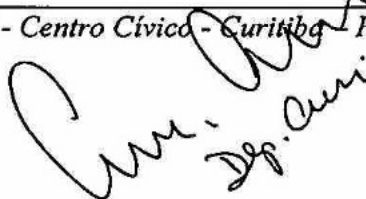
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA

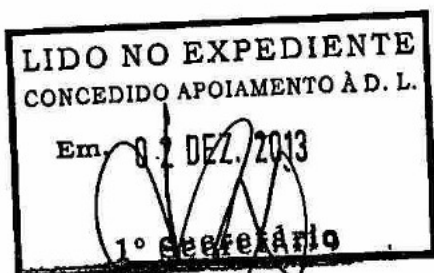
RELATOR


Dep. Turini
APROVADO
11.12.13


Dep. Champion


Dep. Auri


Dep. Tadeu



PROJETO DE LEI Nº 707 /2013

Altera a Lei nº 6.707, de 4 de setembro de 1975.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 6.707, de 4 de setembro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família - APMI, com sede e foro no Município de Maringá.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO ,

Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração no nome da entidade.

A Lei nº 6.707, de 4 de setembro de 1975, concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI. Contudo, verifica-se que no Estatuto Social da entidade consta nome divergente, sendo necessária a adequação da Lei para que passe a constar Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família - APMI.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2013.



SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei 6707 - 04 de Setembro de 1975

Alterado Compilado Original ①

Publicado no Diário Oficial nº. 131 de 9 de Setembro de 1975

Súmula: Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, da cidade de Maringá.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, da cidade de Maringá.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 4 de setembro de 1975.

Jayme Canet Júnior
Governador do Estado

Arnaldo Faivro Busato
Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social

ALTERAR DENOMINAÇÃO incluir "Família"

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

topo

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



DIVERGÊNCIA - Estado, CNPJ com a Lei



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 707/2013

Projeto de Lei nº. 707/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 6.707, de 4 de setembro de 1975.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 6.707/1975 - ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA" PARA "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE, À INFÂNCIA E À FAMÍLIA - APMI" - POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

Lei 6.707/1975. Súmula: Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, na cidade de Maringá.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação da "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA" para "Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família - APMI", conforme consta sua razão social.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.


Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.

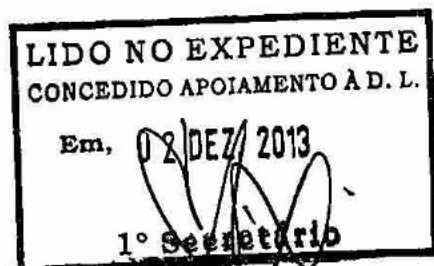

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

11.12.13



PROJETO DE LEI Nº 708/2013

Altera a Lei nº 11.285, de 26 de dezembro de 1995.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 11.285, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família - APMI, com sede e foro no Município de Ibiporã.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração no nome da entidade.

A Lei nº 11.285, de 26 de dezembro de 1995 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI. Contudo, verifica-se que no Estatuto Social da entidade consta nome divergente, sendo necessária a adequação da Lei para que passe a constar Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família - APMI.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2013.

SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para Impressão

Lei 11285 - 26 de Dezembro de 1995

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 4661 de 26 de Dezembro de 1995

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Ibiporã - APMI, com sede e foro no Município de Ibiporã.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Ibiporã - APMI, com sede e foro no Município de Ibiporã.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 26 de dezembro de 1995.

Emília de Salles Belinati
Governadora do Estado, em exercício

Fani Lerner
Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família

ALTERAR DENOMINAÇÃO - Incluir Família

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

topo

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



DIVERGÊNCIA EST.-CNPS COM A LGI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 708/2013

Projeto de Lei nº. 708/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: *Altera a Lei nº 11.285, de 26 de dezembro de 1995.*

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 11.285/1995 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE IBIPORÃ-APMI” PARA “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE, À INFÂNCIA E À FAMÍLIA - APMI” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

Lei 11.285/1995. Súmula: *Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Ibiporã- APMI, com sede e foro no Município de Ibiporã.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação da "Associação de Proteção à Maternidade e à infância de Ibiporã - APMI" para "Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família - APMI", conforme consta sua razão social.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase
de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


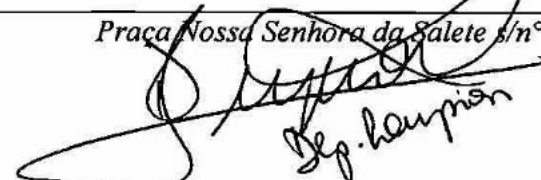
Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA

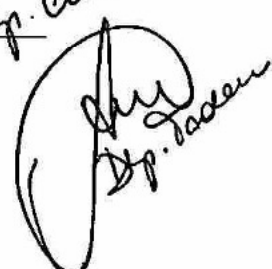
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

11/12/13




Dep. Laurindo



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 02 DEZ. 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 714 /2013

Altera a Lei nº 10.406, de 2 de agosto de 1993.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 10.406, de 2 de agosto de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Lupionópolis e foro no Município de Centenário do Sul.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2013.

Deputado **CAÍTO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **HEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO

15:42 02/12/2013 010424 DEP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 10.406, de 2 de agosto de 1993 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Lupionópolis. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Lupionópolis e foro no Município de Centenário do Sul, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2013.

SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 10406 - 2 de Agosto de 1993

Alterado Compilado OriginalPublicado no Diário Oficial nº. 4067 de 2 de Agosto de 1993

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Lupionópolis, com sede e foro no referido município - Pr.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Lupionópolis, com sede e foro no município de Lupionópolis, Estado do Paraná.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 02 de agosto de 1993.

Roberto Requião
Governador do Estado

José Durval Matos do Amaral
Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social

Comarca Centenário do Sul.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

topo

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 714/2013

Projeto de Lei nº 714/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: *Altera a Lei nº 10.406, de 2 de agosto de 1993.*

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 10.406/1993 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 10.406/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Lupionópolis, com sede e foro no referido Município-Pr.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no Município de Lupionópolis" para "sede no Município de Lupionópolis e foro no Município de Centenário do Sul".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A Iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

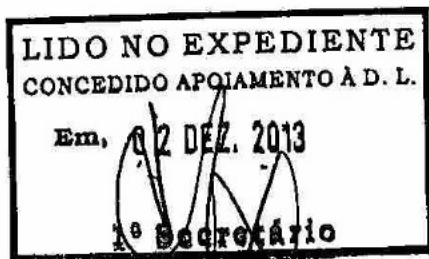
Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.

[Assinaturas]
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

[Assinaturas]
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

[Assinaturas]
APROVADO
11.12.13

[Assinaturas]
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico Curitiba - Paraná



PROJETO DE LEI Nº 715/2013

Altera a Lei nº 13.990, de 27 de janeiro de 2003.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 13.990, de 27 de janeiro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família - APMI, com sede no Município de Flórida e foro no Município de Santa Fé.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2013.

Deputado **CAÍTO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO

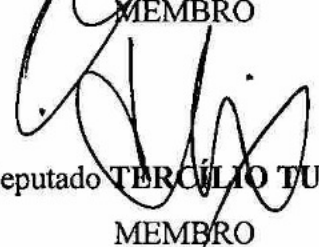


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*




Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração no nome da entidade.

A Lei nº 13.990, de 27 de janeiro de 2003, concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância – APMI, com sede no Município de Flórida e foro no Município de Astorga. Contudo, verifica-se que no Estatuto Social da entidade consta nome divergente, havendo, também, a alteração do foro, sendo necessária a adequação da Lei para que passe a constar Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família – APMI com sede no Município de Flórida e foro no Município de Santa Fé.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2013.

SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei 13990 - 27 de Janeiro de 2003

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 6404 de 27 de Janeiro de 2003

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede no município de Flórida e foro no município de Astorga.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede no município de Flórida e foro no município de Astorga.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 27 de janeiro de 2003.

Roberto Requião
Governador do Estado

Emerson José Nerone
Secretário do Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, em exercício

Caíto Quintana
Chefe da Casa Civil

Conarca Santa Fé

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



*FORO E DENOMINAÇÃO
Incluir
"FAMÍLIA"*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 715/2013

Projeto de Lei nº. 715/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: *Altera a Lei nº 13.990, de 27 de Janeiro de 2003.*

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 13.990/2003 - ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA" PARA "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE, À INFÂNCIA E À FAMÍLIA - APMI" - POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

Lei 13.990/2003. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede no município de Flórida e foro no município de Astorga.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação da "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância" para "Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família - APMI", conforme consta sua razão social.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase
de sua tramitação.
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a
competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.

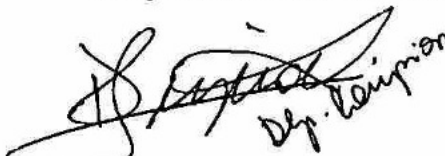

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

11.12.13


Dep. Leimion


Dep. Tadeu



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 02 DEZ. 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 716/2013

Altera a Lei nº 12.622, de 12 de julho de 1999.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 12.622, de 12 de julho de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família - APMI, com sede e foro no Município de Salto do Lontra.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2013.

Deputado CAÍTO QUINTANA
PRESIDENTE

Deputado PEDRO LUPION
RELATOR

Deputada CANTORA MARA LIMA
MEMBRO




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*




Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCILIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração no nome da entidade.

A Lei nº 12.622, de 12 de julho de 1999, concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI. Contudo, verifica-se que no Estatuto Social da entidade consta nome divergente, sendo necessária a adequação da Lei para que passe a constar Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família - APMI.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2013.

SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei 12622 - 12 de Julho de 1999

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 5536 de 13 de Julho de 1999

FAMÍLIA

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no município de Salto do Lontra.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no município de Salto do Lontra.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 12 de julho de 1999.

Aníbal Khury
Governador do Estado, em exercício

Fani Lerner
Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família

José Cid Campêlo Filho
Secretário de Estado do Governo

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



Divergência - Est. CNPJ - com a Lei
Incluir Família.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 716/2013

Projeto de Lei nº. 716/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 12.622, de 12 de julho de 1999.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.622/1999 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA” PARA “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE, À INFÂNCIA E À FAMÍLIA - APMI” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

Lei 12.622/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no município de Salto do Lontra.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

O projeto pretende modificar a denominação da "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância" para "Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família - APMI", conforme consta sua razão social.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase
de sua tramitação.
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a
competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob
a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela
APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os
requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.




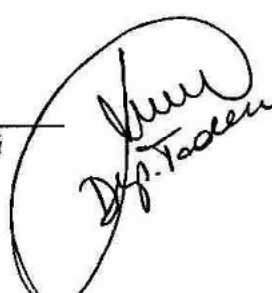

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.

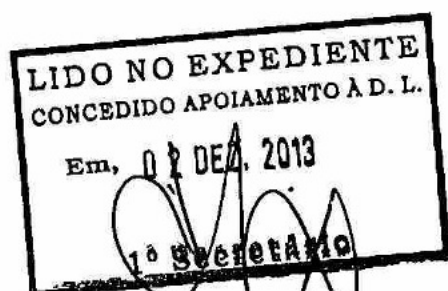
APROVADO

11/12/13


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR






Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PROJETO DE LEI Nº 717/2013

Altera a Lei nº 12.793, de 17 de dezembro de 1999.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 12.793, de 17 de dezembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família - APMI, com sede e foro no Município de Astorga.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

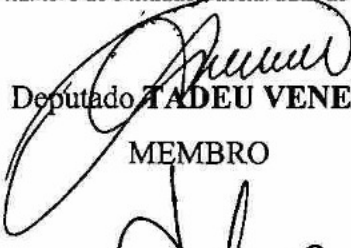
Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*




Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração no nome da entidade.

A Lei nº 12.793, de 17 de dezembro de 1999, concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI. Contudo, verifica-se que no Estatuto Social da entidade consta nome divergente, sendo necessária a adequação da Lei para que passe a constar Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família - APMI.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2013.

SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para Impressão

Lel 12793 - 17 de Dezembro de 1999

Alterado Compilado Original



Publicado no Diário Oficial nº. 5643 de 20 de Dezembro de 1999

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no município de Astorga.

FAMÍLIA

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no município de Astorga.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 17 de dezembro de 1999.

Emília de Salles Belinati
Governadora do Estado, em exercício

Fani Lerner
Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família

José Cid Campêlo Filho
Secretário de Estado do Governo

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



*Divergência Estado - CNPJ com a
Inclui "Família"*

LG 1



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 717/2013

Projeto de Lei nº. 717/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: *Altera a Lei nº 12.793, de 17 de dezembro de 1999.*

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.793/1999 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA” PARA “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE, À INFÂNCIA E À FAMÍLIA - APMI” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

Lei 12.793/1999. Súmula: *Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no município de Astorga.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação da "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância" para "Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família - APMI", conforme consta sua razão social.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.

[Handwritten signature]
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

[Handwritten signature]
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

[Handwritten signature]
DEPUTADO CARLOS

[Handwritten signature]
DEPUTADO FERNANDO

[Handwritten signature]
DEPUTADO ALIPIO

[Handwritten signature]
DEPUTADO DAMIÃO

[Handwritten signature]
DEPUTADO TACIANE

Praça Nossa Senhora da Saleté s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO
11.12.13